

DRAFT

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Mandato 2017-2021

SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL – QUARTA REUNIÃO REALIZADA NO DIA SETE DE MAIO DE DOIS MIL E DEZANOVE.

ATA NÚMERO SESSENTA E SETE

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, quarta reunião, sob a presidência do Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária.

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:

Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Maria das Dores Crespo

DRAFT

Castanho Ribeiro, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, José Roque Alexandre, Romualda Maria da Conceição Martins Nunes Fernandes, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Mário Branco, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Marina de Jesus Penedo Figueiredo, José Pedro Pires Ferreira, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Moita, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, Nádía Alves Ribeiro Teixeira e Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luis Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- José António Borges (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Mário Branco.-----

----- Jorge Manuel Jacinto Marques (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Marina de Jesus Penedo Figueiredo. -----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- José Moreno (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Alexandre do Nascimento Afonso. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Romualda Fernandes. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Ferreira. -----

DRAFT

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- João Diogo Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale. -----

----- Maria Luísa Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Júlio Cordeiro Reis Silva. -----

----- Raúl Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Teixeira. -----

----- António Avelãs (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria das Dores Ribeiro. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente, Fernando Medina, Vice-Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Miguel Gaspar e Catarina Vaz Pinto. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro Abreu Costa, Orísia Roque, Nuno Rocha Correia e Jorge Alves. -----

----- Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL DO DEBATE TEMÁTICO “O IMPACTO DO TURISMO NA CIDADE DE LISBOA”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 39º DO REGIMENTO E NO FORMATO DO DEBATE; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS:** -----

----- **O Relatório final do Debate Temático “ O impacto do Turismo na Cidade de Lisboa** fica anexado à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Recomendação N.º067/02 (2ª e 5ª CP)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Vamos dar início aos nossos trabalhos da quarta reunião da Sessão Ordinária de Abril. -----

----- Como primeiro ponto da ordem de trabalhos temos a apreciação do Relatório final do Debate Temático, “ O impacto do Turismo na Cidade de Lisboa, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis. -----

----- Temos uma recomendação, que é a Recomendação nº 067/02, oriunda da segunda e quinta Comissões Permanentes, extraída das conclusões do Debate Temático. -----

----- E é o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes que vai apresentar o relatório, bem como a Recomendação nº 067/02. -----

DRAFT

----- E vamos desde já, dar a palavra ao Senhor Sobreda Antunes. -----
----- Agradecendo às senhoras e senhores deputados que se possam sentar, que façam silêncio também por favor. -----
----- Senhor Deputado tem a palavra.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, procedeu à apresentação do relatório e da recomendação. -----
----- Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, muito boa tarde aos restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas e Funcionários.-----
----- Eu pensava ser desnecessário ler as recomendações, mas, a pedido da Mesa vou adiantar alguns elementos.-----
-----As sessões do debate temático subordinado ao tema “O impacto do Turismo na cidade de Lisboa” tiveram lugar nos passados dias 13 e 27 de Novembro de 2018. A sugestão surgiu por proposta do Grupo Municipal do MPT, tem sido aprovada pela Assembleia Municipal em 3 de Julho de 2018.-----
-----As sessões do debate foram moderadas pelos Presidentes das 2ª e 5ªs Comissões, tendo sido nomeados como relatores as Deputadas Municipais Carla Madeira (PS) e Luísa Aldim (CDS) e os Deputados Municipais Mário Freitas (MPT) e Sobreda Antunes (PEV). -----
----- O debate visava, originalmente, uma reflexão sobre o impacto do Turismo na cidade de Lisboa, abordando questões relacionadas com o investimento estrangeiro, a especulação imobiliária que daí emerge, o seu impacto económico, social e ambiental, em suma, a turistificação da capital, de modo a serem propostas medidas que conduzam à sua prevenção, mitigação e resolução, tendo em conta a salvaguarda da qualidade de vida dos residentes.-----
----- Para além do público e das Deputadas e Deputados, participaram nas sessões um vasto leque de oradores convidados que incluiu o Vereador do urbanismo da Câmara, economistas, professores, geógrafos, um deputado da Assembleia da República, o Presidente da Região de Turismo de Lisboa, o Presidente da Associação de Alojamento Local em Portugal, a Secretária-Geral da AHRESP, a Presidente da UACS e uma socióloga do ISCTE, entre outras personalidades. -----
----- A partir das diversas intervenções, sintetizou-se um vasto leque das seguintes recomendações, para deliberação hoje em plenário, e que tiveram contributos de vários Grupos Municipais: -----
----- 1 - Os bairros de Lisboa devem ter uma oferta diversificada, de acordo com a sua identidade, que não deve ser perdida, pelo que, para além da dormida e restauração, há que potenciar as compras e o comércio tradicional, preservando a caracterização das lojas e capitalizando as mais-valias, devendo a Câmara apostar numa visão estratégica para a cidade de Lisboa, que continue a desenvolver uma forte aposta nos segmentos e nichos de maior oportunidade para cidade, e na melhoria das informações e divulgação da oferta turística.-----
----- 2 - Articular o previsto no PDM de Lisboa, artigo 2 (Objetivos Estratégicos), nas alíneas a) e f) do nº 1, ao planeamento e gestão municipal. -----

DRAFT

- 3 - Melhor divulgação do incentivo fiscal, no IRS, dado na reabilitação das ARU (Áreas de Reabilitação Urbana).-----
- 4 - A existência de um roteiro com as “Lojas com História”, com distribuição nos Postos de Turismo, e que a Associação de Turismo de Lisboa direcione também os seus percursos e sugestões *online* para o comércio tradicional, mostrando o que existe em Lisboa. -----
- 5 - O Terminal dos Cruzeiros deve ter um papel no desenvolvimento do comércio local, através da divulgação da informação do comércio das “Lojas com História”. -----
- 6 - Nos bairros com maior vida comunitária devem ser encontradas medidas que preservem a identidade e a vontade dos habitantes locais que perderam a habitação, com a criação de unidades de habitação para idosos com apoio domiciliário, a desenvolver com diversas instituições. -----
- 7 - Implementação de projetos que promovam a intergeracionalidade, incluindo, habitação partilhada entre estudantes e idosos, reaproveitando e rentabilizando os espaços habitacionais. -----
- 8 - Ordenamento da atividade turística deve ter em conta a capacidade de carga turística, sem afetar o meio físico, económico ou sociocultural e sem reduzir a qualidade da experiência dos visitantes.-----
- 9 - Suspensão do licenciamento de novas unidades de alojamento local nas Freguesias centrais da cidade, (nos termos do regulamento a ser aprovado em breve pela AML) uma abordagem de prevenção dos impactos negativos do turismo intenso, a integração no PDM do conceito de capacidade de carga turística e a elaboração de uma Carta do Turismo de Lisboa que sirva de base à monitorização dos impactos do turismo.-----
- 10 - Promoção de políticas públicas de habitação, incluindo uma reabilitação urbana que disponibilize casas para a generalidade da população. Mobilização de património da Câmara para arrendamento a custos controlados. -----
- 11 - Pensar o turismo de um ponto de vista estratégico, minimizando-se os efeitos no planeamento urbanístico da cidade, nas políticas de habitação, nas intervenções em espaço público e também na economia nacional. -----
- 12 - Afetar a taxa turística à vida e sustentabilidade da cidade, principalmente à causa dos impactos negativos do turismo, como a higiene urbana, o mobiliário urbano, a falta de apoio ao comércio e criação de instalações sanitárias. -----
- 13 - Criação de novas centralidades turísticas, culturais e de comércio de proximidade.-----
- 14 - Auscultação permanente das Juntas de Freguesia e associações representativas dos vários sectores, nomeadamente, da restauração, dos pequenos comerciantes, do comércio tradicional e das áreas sectoriais micro.-----
- 15 - Alargar os percursos turísticos às freguesias da Coroa Periférica, mediante divulgação da identificação dos respetivos / núcleos de interesse histórico, museológico e espaços públicos com interesse patrimonial, numa articulação entre a Câmara, a Associação de Turismo de Lisboa, as Juntas de Freguesia e outras instituições. -----

DRAFT

----- 16 - Criação de uma estrutura de sinalética, tanto rodoviária como pedonal, para facilitar e promover o acesso aos diversos equipamentos culturais da cidade, incluindo marcos, placas, ‘totens’ ou outros, se possível em versão bilingue e com leitura por meio de sistemas APP. -----

----- Finalmente, recordamos que o presente relatório e as recomendações que aqui hoje se apresentam foram aprovadas por unanimidade, em reunião conjunta das 2ª e 5ªs Comissões Permanentes desta AML. -----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, em especial pelo detalhe da apresentação das recomendações oriundas das duas comissões Permanentes. -----

----- E agora vamos dar início à lista de oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa (IND).” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Vice- Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Agradecer o trabalho dos relatores, e particularmente as propostas que constam da recomendação, mas dizer o seguinte:-----

----- As propostas são de espectro tão amplo, que abordam muito mais do que o próprio turismo, as consequências do turismo. -----

----- E há uma medida que está prevista nas Grandes Opções do Plano do Município, que merecia ter algum relevo aqui, que é a questão da afetação de uma determinada percentagem da nova habitação para a habitação a custos controlados. É que de facto quer com o PDM em vigor e ainda não revisto, quer com o quadro legislativo disponível, não se conseguirá cumprir este siderado, e os efeitos turismo, naturalmente notáveis mas com grande expressão, continuarão a surtir efeito. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar ao próximo orador.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro (IND).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral. -----

DRAFT

----- Felicitar os relatores do presente relatório, assim como no fundo, esta tentativa de reconduzir para recomendações.-----

----- Salientar que está no relato, que o Senhor Doutor Vítor Costa é Presidente da Região de Turismo, ele é efetivamente Presidente da Associação de Turismo de Lisboa, portanto, é uma retificação a fazer.-----

----- Mas, no entanto o que nós queríamos trazer aqui, e ela já está contemplada nas recomendações, é que se tendo esta compreensão, de facto dos mecanismos de pressão sobre a cidade, parece-nos que é fundamental desenvolver um urbanismo democrático, um urbanismo no fundo que avalie a pressão sobre os tecidos urbanos, particularizando muito mais o Plano Diretor Municipal, nas percentagens relativamente a estas procuras.-----

----- Há um estudo efetuado há uns anos, e a nós parece-nos que é fundamental este estudo ser atualizado, para percebermos os efeitos e os impactos para termos um turismo sustentável.-----

----- Chamávamos ainda a atenção que esta extravasar que também o decreto e a aplicação do regulamento municipal dos alojamentos locais que virá, levará com certeza procuras da coroa periférica. É preciso identificar a coroa periférica no ponto de vista patrimonial, que já está no PDM, mas agora operacionalizar, e nomeadamente desenvolver e desencadear toda uma série de trabalhos com a Associação de Turismo sobre a divulgação dessa coroa periférica, no ponto de vista de alargamento e de procuras.-----

----- Nunca como hoje nas cidades que se estão a globalizar, e que Lisboa neste momento é efetivamente, esta é a realidade, nunca como hoje o dilema entre o local e o global. Ou seja, é preciso reforçar o local como forma de neutralizar as procuras globais, senão as cidades são só de consumo, são só cidades que se consomem, e não cidades de cidadãos e de cidadania.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires (BE).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Executivo.-----

----- O Debate Temático sobre os impactos do Turismo foi bastante importante, do nosso ponto de vista. Ajudou, na altura em que foi realizado, a desmitificar aquela ideia de que não se pode criticar o turismo por razão absolutamente nenhuma, ou que, se se falar ou apontarem falhas vai trazer um hecatombe para este setor de atividade.--

DRAFT

-----Como é óbvio, nada disto aconteceu e, apesar de muito importante, este debate já veio tarde relativamente aos problemas impactos negativos, que o turismo tem tido na nossa cidade.-----

----- Tivemos oportunidade de dizer numa das sessões deste debate temático que, provavelmente, está na hora de parar um bocado, para analisar muito seriamente os problemas que a cidade enfrenta decorrente exatamente desta atividade económica. ----

----- Ninguém propõe acabar com ela, nunca ninguém o fez, mas não se pode durante meses e meses a fio dizer que “não se sabe que é turismo a mais” enquanto se assistem a despejos em catadupa por vendas a fundos imobiliários ou à degradação da qualidade de vida nos centros históricos para quem cá vive.-----

----- Ainda bem que houve uma evolução desde essa altura, e o debate temático permitiu, e bem, que duas Comissões desta Assembleia chegassem a algumas conclusões e propõem, agora, uma série de recomendações, que o Bloco de Esquerda acompanha. -----

----- São recomendações que pretendem informar mais as pessoas, ouvir, e colocar em diálogo vários intervenientes, e dão força política à suspensão de novas licenças do alojamento local, nos termos do que for o novo Regulamento de Alojamento Local. ----

----- Uma recomendação que é muito importante, que é a número doze, relativamente ao destino a dar ao valor da taxa turística na cidade de Lisboa. -----

-----Lembro apenas que, a questão da taxa turística era algo visto como o bicho papão do turismo, para hoje ser uma fonte essencial de uma receita para responder aos impactos negativos dessa mesma atividade económica. E deve continuar a servir para isso mesmo, higiene urbana, transporte público, mobiliário urbano, enfim... deve continuar a servir a cidade e quem cá está permanentemente.-----

-----Por isso, abrir a possibilidade por exemplo, de alocar parte desta verba para responder a uma exigência de um contrato com a *Web Summit que* não tem qualquer sentido. -----

-----E se há alguma coisa para a qual este debate temático serviu, em boa hora, foi para colocar em cima da mesa, coisas que para nós eram muito evidentes já há muito, e conseguiu-se dessa forma chegar a mais pessoas e chegar também nesta Assembleia Municipal a mais entendimentos.-----

----- Achamos mesmo que temos de continuar a trabalhar, no sentido de responder a estes impactos negativos e a não voltar colocar a cabeça na areia sobre os mesmos.” ---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro (PCP).”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

DRAFT

----- A política de licenciamento urbanístico lançada pelo PDM, de dois mil e doze, veio liberalizar a alteração de usos em toda a cidade, utilizada sem critérios, permitindo e facilitando a especulação imobiliária completamente virada para o lucro e licenciamento de hotéis, por exemplo, sem qualquer estudo que sustente a sua viabilidade futura. -----

----- Este fenómeno da especulação imobiliária veio facilitar a expulsão de população do centro da cidade, com o despejo de milhares de famílias e comércio tradicional, quer através do aumento brutal do valor das rendas, quer através da transformação do contrato de arrendamento. E o Município de Lisboa, não soube agir nesse tempo, nessa altura, no seu todo, para travar todo este processo. -----

----- Como dissemos nos debates, o planeamento e o ordenamento da atividade a turística, nomeadamente em contextos urbanos, devem ter em consideração que existem limites na utilização do espaço da cidade por parte da atividade turística, os quais tem expressão no conceito de capacidade de carga turística, ou seja, o número máximo de pessoas que podem visitar determinado local turístico, sem afetar o meio-físico, económico, ou sociocultural e ser reduzido de forma inaceitável a qualidade da experiência dos visitantes. Ora, não há efetivamente controlo sobre isto, e nós vemos todos os dias na cidade situações que desmentem, digamos, aquilo que devia ter sido de mínimo de cautela e de trabalho. -----

----- A cidade de Lisboa, este desafio implica a integração equilibrada do turismo com outros sectores da economia e sociedade urbanas em geral, habitação, transportes, energia, resíduos, emprego, etc...mas sobretudo exige que as políticas para o turismo urbano sejam concebidas e integradas de um quadro de política de desenvolvimento urbano equilibrado e que garanta uma cidade para todos, que é isso que não está a acontecer. -----

----- Além da suspensão do licenciamento de novas unidades de alojamento local, das freguesias centrais da cidade, para que se proceda a estudo de avaliação dos impactos de turismo a nível local, e cujos resultados devem ser integrados na revisão do PDM. --

----- Defendemos uma abordagem de prevenção dos impactos negativos do turismo intenso, integrando o conceito de capacidade de carga turística nos processos de planeamento e de ordenamento da cidade nas diferentes escalas de planeamento urbano, PDM, PU e PP, enquanto forma de estabelecer os limites críticos da intensidade turística em Lisboa. -----

----- Propusemos já em elaboração de uma carta de turismo de Lisboa como instrumento de suporte ao diagnóstico, planeamento e ordenamento da atividade turística na cidade, que deve servir de base à monitorização dos impactos do turismo, garantindo as condições de acompanhamento e verificação da capacidade turística. -----

----- Só mais um comentário, o alargamento da procura, feito da maneira desordenada como tem sido, levada a cabo, torna-se ainda mais mortal, digamos, e complicada para a nossa cidade. Falar da coroa periférica, como qualquer centro da cidade, é não saber o que se passa nas coroas periféricas, e a margem esquerda de Lisboa, do rio Tejo, já é uma marca bastante negativa dos efeitos de tudo aquilo que tem sido desenvolvido na cidade de Lisboa. -----

DRAFT

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira (PEV).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais.-----

----- As conclusões e recomendações do relatório final do debate sobre o impacto do turismo apontam para a necessidade de se trabalhar num equilíbrio entre esta atividade e a qualidade de vida de quem vive e trabalha em Lisboa, procurando minimizar os efeitos negativos que põem em causa o direito à cidade. -----

----- Tal como Os Verdes têm referido, o turismo é muito importante, mas não tem só impactos positivos, uma vez que pode interferir com o funcionamento da cidade, através de processos de turistificação e de gentrificação. -----

----- É verdade que traz crescimento económico, investimento, criação de emprego e tem permitido a reabilitação da cidade.-----

----- Contudo, não podemos deixar de referir que muito deste emprego é precário e que o turismo está a assumir um carácter hegemónico, tornando a cidade muito dependente deste sector, o que não é sustentável.-----

----- Acima de tudo, Os Verdes consideram que o turismo não pode ser sinónimo de especulação imobiliária e de despejos, além de outras consequências para a vida das pessoas. Mas é a isso que temos assistido e, por isso mesmo, exigem-se respostas mais efetivas por parte do município e do Governo, daí a importância de concretizar as recomendações que constam deste relatório. -----

----- O debate foi bem claro: a famigerada lei das rendas veio facilitar o despejo de inúmeras famílias e de comércio tradicional. -----

----- Falamos de uma lei do anterior governo PSD/CDS, mas a que o atual governo não quis pôr um ponto final, permitindo que muitas das suas consequências se mantivessem. -----

----- Lisboa tem também um PDM, no qual os Verdes votaram contra, que trouxe a liberalização do uso dos solos e abriu portas à especulação imobiliária. -----

----- Perante isto, é preciso intervir para corrigir os erros, minimizar os efeitos e não permitir que a qualidade de vida dos lisboetas se agrave. -----

----- E isso não se consegue com políticas que protegem os negócios, mas sim com políticas que defendem os direitos da população. -----

----- É verdade que foram aprovadas algumas medidas importantes, mas não são ainda suficientes. -----

----- É preciso travar o urbanismo de mercado, em que tudo serve para fazer negócio, ao mesmo tempo que há pessoas a serem expulsas da cidade, e desenvolver o turismo

DRAFT

de forma regulada e planeada, tendo em conta a vida na cidade, seja a nível dos transportes, dos espaços verdes, da higiene urbana ou da habitação. E a CML não se pode desresponsabilizar do seu papel na promoção de habitação. Para tal, deve canalizar o seu património para arrendamento a custos controlados e a taxa turística deve ser efetivamente usada para promover a qualidade de vida, minimizando os impactos do turismo. -----

----- Por isso mesmo, reforçamos que é preciso dar corpo às recomendações que saíram deste debate e ir mais longe, não permitindo que o desenvolvimento da cidade seja deixado exclusivamente nas mãos do mercado, porque já se viu onde isso nos leva. -----

----- Os Verdes acreditam que só assim será possível compatibilizar o turismo com a vida da cidade e assegurar, não só a sustentabilidade de Lisboa, mas também a sustentabilidade e a qualidade do próprio turismo. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Nádía Teixeira (MPT).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Nádía Teixeira (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros Deputados Municipais. ---

----- Em primeiro lugar, gostaria de saudar a realização do relatório elaborado pela segunda e quinta Comissões Permanentes, que deu origem à importante Recomendação 67/02, sobre o impacto do turismo à cidade de Lisboa. -----

----- O turismo tem sido encarado nos últimos tempos como uma causa de muitos descontentamentos e de muitos problemas, como é o caso do aumento desenfreado de lixo, de ruído e falta de habitação na nossa cidade. -----

----- No entanto, é absolutamente inegável, que o turismo tem sido também, sem sombra de dúvida, gerador de postos de trabalho e de receitas contribuindo para o crescimento económico. -----

----- Lisboa tem crescido de forma rápida, e com esse crescimento vieram todas as dores de uma cidade ainda imatura, para lidar com situações como um aumento desenfreado de alojamentos locais, sem fiscalização, a perda de autenticidade dos bairros históricos e o surgimento de novas atividades direcionadas para o turismo, algumas ainda sem qualquer regulamentação, que provocam o aumento de ruído, de trânsito e de emissões de gases com efeito de estufa. -----

----- Referindo alguns exemplos concretos, até quando a Câmara Municipal de Lisboa, permitirá a transformação de uma praça central, como a praça dos Restauradores, numa autêntica central de camionetas que diariamente que ali deixam e recolhem centenas de passageiros e turistas para excursões? -----

DRAFT

----- E para quando a então solicitada regulamentação dos operadores de atividade de animação turística que têm desempenhado uma função tão importante na cidade?-----

----- Lisboa cresceu, está em todos os roteiros internacionais e continua a ganhar prémios. Mas, há que fazer para o merecermos, encontrando soluções equilibradas, respeitando operadores que investiram, e com isso contribuíram para os ganharmos. ---

----- O aumento de turismo em certas zonas da cidade de Lisboa, mesmo sabendo que o número de novos registos de alojamento local na cidade caiu sessenta por cento no primeiro trimestre deste ano, quando comparado com mesmo período do ano anterior, continua a ser uma realidade que pode aumentar o risco de descaraterização da cidade.

----- Julgamos que as novas medidas de suspensão da autorização de novos registos de estabelecimentos de alojamento local, não irão de todo terminar com o êxodo dos lisboetas, nem colocar termo às problemáticas de uma cidade, que há mais de quatro anos praticamente só investiu no turismo.-----

----- Este debate colocou a nu algumas das fragilidades existentes, que as suas conclusões, as possíveis, face ao formato dos debates, necessariamente curtos e incompletos possam servir para que de uma forma segura, se enfrentem os problemas identificados, e com coragem se criem os mecanismos necessários, para que Lisboa continue a ser, a nossa Lisboa. -----

----- Por isto, meus senhores e minhas senhoras, caros colegas, O MPT votará favoravelmente o referido relatório.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Carla Madeira (PS).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----O debate realizado nesta Casa da Cidadania sobre o “Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa”, permitiu confirmar que o turismo, é uma atividade fundamental para o país e para a cidade de Lisboa, mas que simultaneamente, provoca impactos negativos muito significativos.-----

----- São reconhecidos os fortes benefícios do turismo em diversos domínios: o turismo emprega cerca de 400 mil pessoas, e gerou, em 2018, mais de 16,6 mil milhões de euros de receitas, contribuindo em 8,2% para o PIB nacional e representa 51,5% das exportações de serviços e 18,6% do total das exportações. -----

----- Na região de Lisboa, de acordo com indicadores oficiais referentes a 2017, o turismo gerou mais de 13,7 mil milhões de euros e foi responsável por 182 mil postos, o que, sendo a cidade de Lisboa o principal destino turístico da região e do país, revela a importância que o turismo tem para a cidade. -----

DRAFT

----- E as estimativas indicam que o turismo irá crescer 1,9% em 2019, consolidando assim a tendência de crescimento dos últimos anos, o que significa mais emprego, mais crescimento económico e mais riqueza produzida.-----

----- Porém, o turismo também comporta impactos negativos muito significativos para a cidade – como, aliás, foi também demonstrado durante as duas sessões do debate aqui realizado. -----

----- O desenvolvimento do turismo, sendo muito importante, não pode ser conseguido em detrimento dos superiores interesses da cidade e comprometendo os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente no que concerne ao direito à habitação.

Torna-se, assim, imperioso implementar uma estratégia política integrada, multidisciplinar e transversal aos diferentes órgãos de decisão e às diversas entidades do Estado e da administração pública com vista a garantir três fatores-chave: equilíbrio, desenvolvimento e sustentabilidade.-----

----- É indispensável estabelecer maior equilíbrio entre as atividades associadas ao turismo e as componentes sociais, urbanísticas, territoriais e ambientais.-----

----- O maior património que Lisboa tem são as pessoas que vivem na cidade. Promover a qualidade de vida dos lisboetas, preservar a autenticidade e a identidade, fomentar a cultura e as tradições e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, designadamente o direito à habitação, é aumentar a atratividade da cidade e promover o turismo em Lisboa. -----

----- Estamos a viver uma era de oportunidades para alcançar patamares mais elevados de progresso, de crescimento e de coesão e justiça sociais, de modo a tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para se viver, trabalhar, estudar e visitar. -----

----- Importa, contudo, que este desenvolvimento seja sustentável, sob pena de desperdiçarmos a oportunidade de capacitar a cidade de responder aos desafios que se advinham e de comprometer os anseios das futuras gerações. -----

É nesse sentido que a Freguesia da Misericórdia, em parceria com o Turismo de -----

----- Portugal, está a implementar o programa pioneiro “Viver@Misericordia”, no âmbito do qual estão a ser desenvolvidos diversos projetos que visam otimizar a qualidade de vida dos residentes, reforçar a coesão social, valorizar o património e a identidade local, e promover as boas relações entre os turistas e a comunidade local. ---

----- O turismo tem, sem dúvida, impactos negativos muito marcantes e complexos, mas também apresenta oportunidades. Cabe aos responsáveis políticos e titulares de cargos públicos ter a visão, a ambição e a determinação de assumir as dificuldades e transformá-las em oportunidades. -----

----- É este o desafio que se coloca e para o qual temos de estar preparados e capacitados para vencer.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton (PSD).” -----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Em primeiro lugar, queremos congratular os relatores desta recomendação e deste parecer. -----

----- Parece-nos particularmente importante e feliz o debate, porque incide, eu diria que em primeira instância na necessidade definitiva de promovermos o fim dessa diabolização do turismo, seja ele na cidade, seja ele fora dela. E o início daquilo que deveria ser o planeamento e a adequação de uma cidade, às necessidades que decorrem exatamente dessa procura turística, e do facto de nos tornarmos atrativos não só, para quem já cá vive, mas também para quem de fora realça curiosidade sobre aquilo que somos, aquilo que fazemos e de certa forma a história que criámos. -----

----- E um dos sinais muito evidentes é de facto é o sinal da regulação. Porque o turismo tem sido diabolizado pelo facto, de em determinados momentos as cidades não terem sido capazes de antecipar fluxos, pressões ou grandes mobilidades dentro do próprio território que vão ao encontro daquilo que xé a própria oferta que o território tem. -----

----- E aquela que é, digamos, uma das grandes medidas que continuamos de forma preocupada a ver a não acontecer, é de facto, a da regulação. Eu diria que aqui, adiar o regulamento municipal do alojamento local, mantendo em suspenso essa correta regulação, transforma aquela que seria uma oportunidade de desenvolvimento económico e urbanístico da cidade de Lisboa, em mais umas das suas fragilidades a nível do planeamento e do enquadramento das suas necessidades, e de resposta àquelas que são também as principais necessidades da população que servimos. -----

----- E aqui Lisboa não está de facto a dar um bom sinal, damos na Assembleia Municipal, boa nota daquela que é a preocupação inerente a esta temática, promovemos, independentemente de alguns entenderem mais lata ou mais estrita, mas promovemos reflexão sobre essa matéria, deixando aqui orientações que são muito concretas.-----

----- Mas depois assistimos por parte da Câmara Municipal de Lisboa, a incapacidade de traduzir essa mesma vontade no cumprimento dos prazos inicialmente estabelecidos para a regulação daquilo que é a atividade económica na cidade, resultante obviamente do turismo.-----

----- E por isso termino, como comecei.-----

----- Esta é, inevitavelmente, uma oportunidade para iniciarmos o fim da diabolização daquilo que é o turismo, e olharmos para ele como oportunidade, e assim, lançarmos um novo modelo, um novo momento, que é o momento do planeamento urbanístico na cidade, que Lisboa, não aproveitou. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

DRAFT

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, restante Membros da Mesa, Senhores Deputados Municipais e Vereadores, Senhoras Deputadas Municipais e Vereadoras presentes, restante Público e Funcionários e Comunicação Social. -----

----- Começo por saudar os relatores deste debate temático, pelo trabalho que foi desenvolvido e pelas recomendações que daqui resultaram, bem como o relatório. -----

----- A cidade de hoje assume de facto uma nova dinâmica, não podendo ignorar-se o papel que o turismo teve na sua reabilitação. Obviamente que traz consigo questões positivas e também questões negativas que nos lançam novos desafios próprios dum dinamismo novo nesta cidade. São muitos de facto os desafios, para que Lisboa consiga compatibilizar este crescimento com questões tão essenciais para a qualidade de vida dos munícipes, desde os transportes, à habitação, aos próprios serviços essenciais, inclusivamente aos novos fluxos de pessoas que visitam a cidade e que trazem uma carga e uma pressão turística, até agora que não eram conhecidas. -----

----- Lisboa tem sido de facto, destacada como um dos melhores destinos turísticos do mundo, o que muito nos orgulha. De resto estudos, relatórios e artigos apontam os setores da restauração e do alojamento turísticos como líderes na criação de emprego. No entanto, não nos podemos esquecer dos objetivos da agenda para o desenvolvimento sustentável, que alertam precisamente quanto à necessidade de consolidar esta mesma empregabilidade, e também o impacto do meio ambiente que daqui decorre. -----

----- Hoje o turismo de facto tem sido apontado como um aumento, e falando aqui também de alguns dos aspetos mais negativos, como o aumento do preço das habitações, fruto do fenómeno da gentrificação, um aspeto que não pode ser descorado para não criarmos aqui fenómenos de opostos na nossa cidade, entre os muito ricos e os muito pobres. Lisboa tem de facto hoje em dia um desafio acrescido, de continuarmos a acrescentar valor ao desenvolvimento da nossa cidade para que continue a ser uma cidade para quem cá vive e também para quem nos visita. -----

----- O PAN irá acompanhar por isso, as recomendações resultantes deste mesmo parecer, e esperar que daqui resulte não só um debate, mas uma efetiva monitorização daquilo que é o planeamento desejável para os efeitos do turismo na nossa cidade, e também para adequar as ferramentas, nomeadamente as regulatórias, àquilo que é desejável para acautelar os direitos fundamentais de todos e de todas para que continuemos a poder dizer com orgulho que Lisboa é de facto o destino não só para quem nos visita, mas sobretudo para quem cá vive. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo (CDS-PP).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Foi uma ótima ideia ter-se feito este debate do turismo, porque trouxe à superfície uma série de preocupações que são naturais, porque a atividade económica do turismo, teve um desenvolvimento muito rápido, e esse desenvolvimento foi muito bom nalguns aspetos, trouxe efeitos secundários, dos quais as pessoas se queixam e que é preciso tentar equilibrar de alguma maneira.-----

----- Nós no CDS achamos que o balanço é claramente positivo, e quanto aos efeitos menos simpáticos desta atividade, temos algumas pistas que gostávamos de aproveitar este debate para sugerir.-----

----- Ora a primeira coisa que nós achamos importante, é garantir uma certa percentagem de habitação permanente nos bairros históricos mais centrais da cidade, que são aqueles que estão a ser às vezes sujeitos a uma maior pressão do alojamento local. É bom que exista esse alojamento local, mas é muito importante que continue a haver uma percentagem boa de habitação permanente. Para isso, a Câmara Municipal de Lisboa tem alguns instrumentos, um deles é disponibilizar o património próprio, da Câmara para arrendamento a custos controlados. E um outro instrumento que tem é facilitar as operações urbanísticas para obras de recuperação por parte de pequenos operadores particulares, sobretudo, aqueles que querem pegar em pequenos edifícios e transformá-los na sua habitação, portanto, sempre que essas obras sejam para habitação, e que sejam por pequenos operadores, essas operações devem ser muito facilitadas.-----

----- Por outro lado, nós ouvimos falar em identidade, e compreendemos a preocupação das pessoas, mas para nós identidade não é interpretada da mesma maneira como nós vemos muitas vezes ela ser interpretada, quase como um regresso a uma certa situação de miséria. Para nós, a identidade é uma realidade viva, e caracteriza-se no caso português por uma extraordinária capacidade de adaptação, isso é, uma característica portuguesa que tem feito muitas demonstrações ao longo da história.-----

----- Para isso, sobretudo os comerciantes que têm tido e que têm vivido do seu pequeno comércio nos bairros, devem manter-se lá, e sempre que a Câmara, pelo menos quando forem operações de reabilitação que dependam da Câmara, a Câmara deve fazer todos os possíveis para que esses comerciantes que já lá estavam sejam ali mantidos, eu estou a lembrar-me por exemplo, do caso dos comerciantes da Rua de São Lázaro, não são os únicos, mas aqueles comerciantes estavam dispostos a abdicar de uma série de pontos e de ter uma negociação, o que eles queriam era estar ali,

DRAFT

continuar ali, nem que mudassem as instalações, mas queriam manter-se naquele bairro. E nós consideramos que esses comerciantes são importantes para a vida daquele bairro, e lá está, para a identidade daqueles bairros. Se esses comerciantes não estão bem, então quem é que está? -----

----- Por fim, fala-se da concentração turística, também há uma certa razão nisso, mas os turistas, também visitam aquilo que lhes mostram. E esta concentração turística tem ocorrido muito na zona Ribeirinha, sobretudo ali assim à volta de Belém, essa pressão pode ser retirada, juntando a colaboração da Associação de Turismo de Lisboa, e aproveitando para o facto, o Senhor Presidente da Câmara ser por inerência também o Presidente da Associação de Turismo. Podem ser diversificados estes percursos turísticos, pode-se mostrar às pessoas, aos turistas, que existem outros pontos de interesse, pode-se retirar pressão à zona de Belém pela concentração de monumentos e museus, pode-se retirar a pressão mais do que compreensível à zona da Baixa Pombalina, que é o primeiro e o maior monumento à modernização de Portugal, e é o maior, se calhar o único grande pedaço de urbanismo barroco da Europa, portanto, é um monumento com um enorme interesse. E pode-se mostrar que Lisboa tem outros pontos de interesse, designadamente, as quintas da Zona Norte, muita arte sacra, e pequenos monumentos estatutários, como por exemplo, o monumento aos heróis da resistência às invasões francesas, aqui assim, no meio da Praça de Entrecampos, que as pessoas muitas vezes não se lembram disso. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- O CDS beneficiou da cedência de tempo do PPM. -----

----- Não temos mais oradores inscritos, para este ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Vamos então passar à votação da Recomendação 67/02, oriunda da segunda e quinta Comissões Permanentes. -----

----- Senhor Deputados agradeça que se pudessem sentar. -----

----- Muito bem. Senhoras e Senhores Deputados o Partido Comunista Português, pede a votação em separado, oito dos dezasseis pontos. -----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº 067/02.** Não há Votos Contra, Abstenção do PCP, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 1 da Recomendação nº067/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 3 da Recomendação nº 067/02.** Votos Contra do PCP, Abstenções do BE, 1IND, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 3 da Recomendação nº 067/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 8 da Recomendação nº 067/02.** Não há Votos Contra, Abstenção do PCP, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 8 da Recomendação nº 067/02 foi aprovado por maioria.** -----

DRAFT

----- **Ponto 12 da Recomendação nº 067/02.** Não há Votos Contra, Abstenção do PCP, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 12 da Recomendação nº 067/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 13 da Recomendação nº 067/02.** Votos Contra do PCP, Não há Abstenções, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 13 da Recomendação nº 067/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 14 da Recomendação nº 067/02.** Votos Contra do PCP, Não há Abstenções, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 14 da Recomendação nº 067/02 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 15 da Recomendação nº 067/02.** Não há Votos Contra, Abstenção do PCP, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 15 da Recomendação nº 067/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Ponto 16 da Recomendação nº 067/02.** Não há Votos Contra, Abstenção do PCP, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **O Ponto 16 da Recomendação nº 067/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- **Pontos 2,4,5,6,7,9,10 e 11 da Recomendação nº 067/02.** Não há Votos Contra, não há Abstenções, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **Os Pontos 2,4,5,6,7,9,10 e 11 foram aprovados por unanimidade.**-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Portanto, todo o conteúdo da recomendação é assim aprovado, com 8 pontos por maioria e 8 pontos por unanimidade. -----

----- E damos por encerrado o Ponto Um da nossa Ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO Nº066/01 (PSD)-RETIFICADA – “ESTACIONAMENTO PARA MORADORES, AVENIDAS NOVAS AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- O Ponto dois, apreciação da Recomendação Nº066/01, apresentada pelo Partido Social Democrata, “Estacionamento para moradores nas Avenidas Novas”, o Partido Social Democrata, solicitou à semelhança do que já tinha acontecido na reunião da semana passada, o adiamento desta proposta para uma próxima reunião.-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 262/CM/2019 – “DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2018 DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº**

DRAFT

75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL E NO ARTIGO 76º DA LEI Nº73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA F – MÁXIMO 5 HORAS; -----

----- (A Proposta Nº 262/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação Nº 67/04 (PSD) fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- Vamos então dar início ao ponto três.-----

----- O Partido Social Democrata entregou já no decurso da reunião, uma recomendação que pediu para ser incorporada para debate, neste ponto três da ordem de trabalhos, que é a Recomendação nº 67/04 (PSD). Eu tinha dado indicação, espero que já tenha sido cumprida, de ter sido distribuída a todas e a todos Deputados Municipais. -----

----- E vamos dar a palavra à Câmara Municipal de Lisboa para... -----

----- A Senhora Segunda Secretária quer dar uma informação.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, deu a seguinte informação: -----

----- “Na proposta que ficou adiada, eu tinha inscritos a Senhora Deputada Ana Gaspar, Isabel Pires, João Valente Pires. Eu queria saber se ficam inscritos para a próxima reunião.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, ponderam. -----

----- Senhor Presidente da Câmara vai apresentar o Relatório de Gestão de 2018 do Município, para iniciarmos o nosso debate.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- É com grande gosto que estou aqui hoje e que me dirijo à Assembleia, na apresentação das contas relativas ao ano de dois mil e dezoito da Câmara Municipal e das Empresas Municipais. -----

----- E quero destacar, o que hoje aliás, foi noticiado num relatório produzido pela Ordem dos Economistas, que de novo coloca Lisboa, como o município mais sustentável do País. Na análise feita aos trezentos e oito Municípios, ~~concluiu-se~~ conclui-se que Lisboa num conjunto global de quatro dimensões de *Governance*, de eficácia de serviço ao cidadão, de desenvolvimento económico e social e de sustentabilidade financeira, o Município de Lisboa, ocupa de novo, em dois mil e dezoito, a primeira posição. Este resultado obtido neste estudo, mais não faz aliás, do que corroborar um conjunto de elementos e um conjunto de apreciações, que podemos ver espelhadas em múltiplas dimensões da ação do executivo. -----

DRAFT

----- Nada melhor do que os relatórios de contas, para nós analisarmos bem, o desenvolvimento e a concretização destas linhas de orientação, isto é: -----

----- O resultado das opções políticas do executivo; o resultado da ação política do executivo no terreno, na resposta às mais diversas necessidades da cidade, e no avanço da agenda política pelo qual este executivo foi eleito. -----

----- Quero destacar neste momento, quero agradecer neste momento, deixar uma palavra de reconhecimento particular ao Vice-presidente João Paulo Saraiva, a toda a sua equipa, a toda a equipa da Direção Municipal de Finanças, a toda a equipa das administrações das Empresas Municipais, e bem assim, às várias equipas das várias Direções Municipais da Câmara Municipal de Lisboa. É no fundo, o resultado de um trabalho coletivo de uma enorme organização, de uma organização mobilizada, prestigiada, que hoje aqui, tenho o gosto de vos apresentar. -----

----- Quero destacar sete pontos fundamentais.-----

----- Sete pontos, que neste Relatório de Contas, espelham bem as dimensões fundamentais das realizações deste executivo, na frente da sustentabilidade e do desenvolvimento do nosso programa político, mas fundamentalmente na frente da sustentabilidade financeira do nosso projeto de desenvolvimento.-----

----- A verdade Senhores Deputados é que de há muitos anos, nós colocamos em Lisboa uma tónica central, que é conseguirmos assegurar o desenvolvimento da cidade, numa visão de termos Lisboa cada vez mais uma cidade global, cosmopolita, integrada nas modernas redes globais. Capaz de assegurar um caminho de prosperidade e de realização para todos aqueles que nos procuram, como espaço de vida e espaço de futuro. Mas sermos capazes de o fazer num mais estrito cumprimento do rigor orçamental, porque não queremos em circunstância alguma, que a Câmara de Lisboa e a cidade de Lisboa voltem à situação, que o Partido Socialista encontrou em dois mil e sete, de uma instituição desacreditada, sem credibilidade na falência das suas contas. -----

----- É por isso, que ano após ano, numas conjunturas menos favoráveis e nas conjunturas mais favoráveis, termos sido capazes de cumprir mais e com mais eficácia o programa político, mas ao mesmo tempo de reforçar a sustentabilidade financeira do município de Lisboa. -----

----- Hoje é indiscutível, que a Câmara Municipal de Lisboa é um pilar do desenvolvimento económico e social da cidade, é um pilar de referência na Administração Autárquica no País, e é um elemento de credibilidade da Administração do Estado Português.-----

----- A Câmara de Lisboa não é, como no passado, uma fonte de problema, é uma fonte de resolução de problemas, e é uma fonte de inspiração sobre a gestão em particular em matéria financeira. -----

----- Este é um caminho, e estes são resultados que nos orgulhamos. Porque a responsabilidade financeira, não é um acrescento nem uma coisa menor na gestão da coisa pública. É um elemento central na qualidade da gestão de todos aqueles, que como nós, na esquerda, acreditam que a dignidade e a dignificação do serviço público se tem que fazer e só se faz, se garantirmos a sustentabilidade desse próprio serviço

DRAFT

público. E se a qualidade da governação estiver incluída uma dimensão essencial de rigor financeiro e de consolidação, e de qualidade financeira. -----

----- Quero por isso, destacar-vos os sete pontos fundamentais, os principais pontos fundamentais impressos no relatório de atividades e contas, mas que espelham bem esta múltipla dimensão da ação do executivo. -----

----- Em primeiro lugar, dois mil e dezoito foi um ano de forte investimento na cidade de Lisboa. Os resultados do investimento de mais de cento e trinta quatro milhões de euros mostram-se bem por comparação. Por comparação, com aquilo que tínhamos no início do mandato, em dois mil e treze, em que o valor hoje do investimento no ano de dois mil e dezoito foi de cerca de duas vezes superior, quase duas vezes superior ao valor de dois mil e treze, e quase três vezes superior ao valor possível em dois mil e onze. -----

----- Se repararmos, hoje a cidade de Lisboa, é uma cidade que investe mais, o Município de Lisboa investe mais, investe em mais áreas, investe de forma mais importante na resolução de importantes necessidades, da habitação, à qualidade das infraestruturas, às escolas, à cultura, à dinamização da economia. -----

----- Em segundo lugar, nós fizemos este esforço de investimento, mantendo uma política que vem de há vários anos do município, de sermos o município da área metropolitana e um dos do País em que é mais baixa a carga fiscal e a carga tributária sobre o conjunto dos munícipes. Lisboa é o Município da Área Metropolitana que tem a mais baixa taxa de IMI que a lei permite. A par, só com outro município como Vila Franca, que tem uma taxa de IMI igual à que tem o município de Lisboa, e mais baixa não tem, porque a lei não o permite, que esta taxa seja diminuída. -----

----- E quando comparamos a devolução do IRS, dentro daquilo que a lei o permite, o Município de Lisboa é de longe, o Município da Área Metropolitana que mais devolve IRS às famílias, é com uma grande diferença face a Cascais.... -----

----- Aliás, é um excelente exemplo Senhor Deputado falar disso, é aliás notável que tenha falado disso, porque aliás não deve ter reparado que relativamente a Cascais, o valor da devolução de Cascais no ano de dois mil e dezoito é simples de dizer, é uma bolinha. Zero! -----

----- Enquanto em Lisboa é de longe o Município da Área Metropolitana, a ampla distância do segundo, que mais devolve IRS às famílias. E temos relativamente à carga das taxas em matéria dos serviços prestados, taxas obrigatórias por lei, relativamente aos resíduos e ao saneamento, somos hoje para o consumidor médio, o Município com a carga mais baixa do ponto de vista das taxas suportadas. -----

----- Não quero fazer daqui nenhuma apreciação sobre outros Municípios, até porque sabemos bem, em rigor das fórmulas como a lei está determinada, o valor das taxas em vários municípios decorre também muito do que são as condições geográficas dos municípios, a área dos municípios, a densidade, a necessidade de infraestruturar territórios mais longos. Mas gostava de sublinhar este aspeto, contra aquilo que muitos dizem, e contra aquilo que muitos querem apregoar, nos serviços básicos Lisboa tem hoje, as taxas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa. -----

DRAFT

----- Quero em terceiro lugar, Senhor Vereador, terei tempo para debater consigo não hoje, noutras circunstâncias com gosto. Mas deixe-me dizer-lhe, e imagino que as suas palavras sejam de aplauso perante a gestão financeira na versão hoje, que é a versão de terça-feira, que é o CDS responsável com as contas públicas. -----

----- Deixe-me destacar em terceiro lugar, o aspeto que eu considero talvez mais emblemático e mais importante, aquele a que pessoalmente atribuo mais importância, em matéria da apresentação de contas, porque aquele é o que reflete melhor, a situação trágica que o município se encontrava em dois mil e sete e o caminho que nós percorremos, que é a redução do passivo do município. O município de Lisboa passou de dois mil e nove, para dois mil e dezoito, nós reduzimos em mil milhões de euros o passivo da Câmara Municipal de Lisboa. Mil milhões de euros! -----

----- E temos hoje, uma dívida, que é uma dívida que é menor, que reduzimos em mais de que quinhentos milhões de euros a dívida que o município dispunha desde dois mil e sete, isto é: -----

----- Em cerca de dez anos, de grosso modo, nós limpamos as contas do município para um passivo que reduziu mais de cinquenta por cento, baixámos a fatura de mil e novecentos milhões para abaixo dos mil milhões de passivo, isto é, o conjunto da dívida e das contingências do município. Recordo, reduzimos este valor para um valor que é substancialmente inferior ao valor das receitas anuais do município de Lisboa, e que é um valor menor do que as receitas anuais do município mesmo em anos que não temos a receita extraordinária, que hoje temos em matéria de imposto de transações. ---

----- Este é dos melhores elementos de solidez e de trabalho que este executivo tem para apresentar, do ponto de vista da sustentabilidade e do ponto de vista do município contribuir para a vida da cidade de Lisboa. -----

----- Em segundo lugar, a redução da dívida é um ativo de credibilidade, é um ativo de responsabilidade, é um ativo para o futuro, mas é também um ativo para a nossa capacidade de investimento. Porque a redução da dívida da forma significativa como foi realizada, significa a redução dos encargos com os serviços da dívida que podem ser canalizados para investimento e para um melhor serviço aos nossos munícipes. -----

----- Quero destacar em quinto lugar, na redução desta dívida não o que foi feito em dois mil e dezoito, mas o que já foi feito nos anos anteriores, que foi a prioridade que demos em anos anteriores à redução da dívida a fornecedores. É que a dívida a fornecedores, que era no fundo um peso na economia da cidade, um peso em que a Câmara puxava para baixo a economia da cidade, as empresas, os fornecedores, os agentes da cidade, a dívida a fornecedores que ultrapassava os quatrocentos milhões há poucos anos atrás, é hoje inferior a três milhões. -----

----- É uma dívida técnica de conferência de faturas, é uma dívida que nos permite pagar a tempo e horas, permite-nos pagar a pronto, permite-nos ter melhores condições quando negociamos, permite-nos fazer contratos com adiantamentos contra garantia bancária, isto é, protegendo aqueles que fornecem bem a Câmara de Lisboa, libertando-nos da dependência excessiva da banca, que tantas vezes dificulta a concretização dos negócios e das atividades. -----

DRAFT

----- O que nós assumimos como prioridade há uns atrás, quando na trajetória da redução da dívida colocamos em primeiro lugar a redução e a eliminação da dívida a fornecedores, foi criarmos melhores condições para a economia da cidade, foi criarmos melhores condições para a Câmara de Lisboa, foi criarmos melhores condições para o emprego, e para a prestação do serviço público. -----

----- Quero pois reafirmar este ponto e sublinhá-lo, porque é algo de que nos orgulhamos, hoje o município de Lisboa, não tem dívida a fornecedores, hoje o município de Lisboa, paga a tempo e horas e adianta os recursos para os seus fornecimentos e serviços. -----

----- Quero em sexto lugar, reafirmar, sublinhar o ponto da valorização do serviço público e da valorização dos trabalhadores do município. Ao longo destes anos as palavras-chave no município de Lisboa, não foram a privatização, não foram a concessão, não foram a externalização, não foram o despedimento, não foram o apoucamento do servidor público, não foi a diminuição daqueles que dedicam a sua vida ao trabalho coletivo, pelo contrário. -----

----- Durante os tempos da Troika usámos as margens que tínhamos, para sermos o município do país e seguramente a entidade pública, que mais emprego público criou dentro das regras que existiam. E dentro das regras atuais, que são diferentes, e nos dão de novo autonomia, temos feito uma política altamente responsável, mas, eficaz de capacitação do serviço público. É por esta razão que seremos hoje a entidade pública que mais concursos abertos tem, relativamente aos serviços nucleares da Câmara de Lisboa, na higiene urbana, agora nos serviços de urbanismo, nas áreas centrais, na Carris, nos bombeiros, nas áreas centrais de serviço que o município desenvolve. Fazemo-lo com gosto, mas fazemo-lo acima de tudo com convicção, a convicção do que o serviço público é um elemento estruturante da qualidade da nossa vida coletiva, é um elemento estruturante da cidadania numa cidade, é um elemento estruturante do investimento privado e da vida e do futuro da cidade de Lisboa. Ter serviços públicos capazes, com recursos adequados, motivados, mobilizados, empenhados na causa comum, é essencial na concretização da nossa visão de cidade. --

----- Não nos move nenhum dogma, não nos move aqui nenhuma ideologia sem explicação, move-nos uma convicção, nos serviços que a câmara deve manter diretamente, e assumimos com clareza os que são, nós temos que os prestar bem, e temos que os prestar com qualidade, e temos que os prestar com os recursos políticos e financeiros para a sua boa prestação a toda a cidade. Só assim é que nós honramos o serviço público e nós não desistimos de honrar bem, o serviço público. -----

----- Quero por último Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, terminar com a referência às empresas municipais. Porque as contas do município, de redução da dívida da redução do passivo, de aumento do investimento, não resultam de ter colocado para as empresas municipais, de ter colocado nas contas das empresas municipais, um conjunto de problemas para não estarem nas contas do município, não fizemos isso, pelo contrário. O que fizemos ao longo destes últimos anos foi uma política de saneamento financeiro de todas as empresas municipais. E é com gosto, que hoje podemos apresentar as contas à semelhança aliás, do que já tínhamos

DRAFT

apresentado no ano passado, em que todas as empresas municipais têm resultados positivos, e em que os capitais próprios das empresas municipais são hoje de valor particularmente significativo, ultrapassando os cento e sessenta milhões de euros. -----

----- Quero recordar aqui um debate importante, o debate que se teve no país aquando da passagem para a Câmara de Lisboa da Carris, quero recordar aqui, as palavras daqueles que desconfiavam do acordo feito com o Estado, e no fundo que diziam que a Carris nas mãos da Câmara, mais não seria do que reeditar a velha Carris em que no incumprimento das obrigações de serviço público, aliado a uma gestão municipal sem critério, iríamos de novo ter uma empresa a empilhar dívida sobre dívida, sobre dívida, sobre dívida. A todos esses, peço hoje, um ato de contrição face ao que disseram. Porque hoje a Carris é uma empresa bem gerida, é uma empresa que não acumula passivo, é uma empresa que não acumula dívida, é uma empresa que presta melhor serviço público, e fá-lo, porque o município cumpre a sua obrigação de acionista, de autoridade de transportes e de alguém que tem a convicção na melhoria de serviço público. Isto é, nós não aceitamos e não pactuamos com a mentira daqueles que dizem que querem ter um serviço público de transporte coletivo, e não o financiar adequadamente através do orçamento municipal.-----

----- E também não pactuamos com a mentira, daqueles que dizem que querem ter um serviço público, não o financiam nos orçamentos municipais, mas obrigam as empresas a financiar-se na dívida numa total irresponsabilidade de dívida a financiar défices correntes. Disse sempre aqui nesta Assembleia, e sempre que falei sobre a Carris, que nunca sobre a minha gestão, essa situação iria acontecer, não teríamos uma Carris a acumular dívida, não teríamos dívida a financiar défice operacionais, mas também não teríamos, uma Carris reduzida à míngua de um esqueleto em que não prestava serviço público.-----

----- E por isso, o que temos hoje nas contas da Câmara e nas contas da Carris, resulta de uma opção política consciente, deliberada, bem diferente daquela dos que queriam concessionar ou privatizar mantendo os seus níveis de operação, bem diferente daqueles que achavam que nós deveríamos continuar só a reivindicar do Estado mais recursos, cuja falta tinha levado à Carris a degradação conhecíamos, fizémos o contrário, assumimos a responsabilidade, definimos a estratégia e cumprimo-la com competência. Hoje, transferimos anualmente dezenas de milhões de euros em compensações de serviço público, e fazemo-lo bem, porque é o serviço público que nós definimos, e é um serviço público que dia após dia melhora na Cidade de Lisboa. -

----- Senhores Deputados já apresento as contas do município, desde as contas do ano de dois mil e treze, com responsabilidades diretas desde o ano de dois mil a catorze, por isso já lá vão alguns uns anos, como responsável direto com a pasta das finanças numa primeira encarnação, e como responsável máximo pela gestão da Câmara de Lisboa nesta segunda. Em todas elas a mesma linha, e os mesmos resultados. Servimos melhor a cidade de Lisboa, servimos melhor os munícipes da cidade de Lisboa, reforçar a credibilidade da Câmara Municipal de Lisboa. E acima de tudo construir uma instituição que é sólida, cada vez mais sólida para servir Lisboa e servir os lisboetas.-----

DRAFT

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Temos um Parecer da primeira Comissão Permanente, tenho a indicação que a primeira Comissão prescinde da apresentação desse Parecer, foi autor o Deputado Municipal Hugo Lobo.-----

----- E vamos passar aos oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa (IND).”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Relativamente aos documentos de prestação de contas, o ranking da Ordem dos Economistas já aqui referido, fala por si.-----

----- Vivemos um momento único no município de Lisboa, com contas equilibradas, e nessa medida, Senhor Presidente da Câmara Municipal, permita-me que lhe dirija este elogio.-----

----- Mas, não podemos esquecer o peso conjuntural do IMT, que mais uma vez subiu este ano que findou a sua receita. E não podemos esquecer também, que este é uma receita que varia em função dos humores do mercado, no caso do mercado imobiliário.-----

----- E Senhor Presidente, preocupa-me, porque já o tenho convocado em anteriores discussões sobre este assunto para um debate que urge fazer. O debate da sustentabilidade futura do município de Lisboa, e o debate sobre uma política fiscal de fundo.-----

----- Ainda não há muito tempo, vimos gente preocupada, e genuinamente preocupada com as isenções fiscais concedidas em matéria da reabilitação urbana, e uma isenção pesadíssima, de vários milhões num imóvel que era objeto de recuperação. E eu, já tenho apresentado nesta Assembleia, propostas para a supressão de alguns dos benefícios fiscais, e tive também oportunidade de aquando da discussão do último orçamento municipal, apresentar uma recomendação, aliás, aprovada por ampla maioria, se não por unanimidade, para que se procedesse ao desidrato legal de aprovar um regulamento de benefícios fiscais do município. Nós sabemos que os regulamentos demoram a ser elaborados, demoram no período de discussão pública e ainda têm de vir aqui ser discutidos.-----

----- E Senhor Presidente passaram já quatro meses, e não há sinais desse regulamento, e esse regulamento é fundamental até para uma perspetiva de consolidação futura em matéria financeira, da receita do município. E portanto, nesse campo, bem sei que só passaram quatro meses, mas lembro que não haverá novas concessões de benefícios à partida, sem que este regulamento esteja aprovado.

DRAFT

Portanto, até da sua perspectiva Senhor Presidente, os agentes económicos anseiam por este regulamento, mas é fundamental fazermos esse debate.-----

----- Mas fique descansado Senhor Presidente, porque com aquilo que aqui vimos já da recomendação proposta pelo PSD, não terá grandes dificuldades neste debate das contas. É que se teve de convocar aqui uma matéria, que aliás, consta do programa do governo do município, consta das Grandes Opções do Plano, que é a necessidade de rever o RAAML (Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa) ainda que impropriamente colocado. E assim, eu fazendo tábua rasa dos considerandos do PSD, aprovarei essa recomendação na perspetiva que se cumpra com aquilo que está nas Grandes Opções do Plano, que é uma política de concessão de subsídios socialmente responsável. E que tenha em conta a não atribuição desses mesmos subsídios a quem não tenha práticas laborais e de contratação de pessoal responsável.-----

---- E portanto Senhor Presidente, os meus sinceros parabéns, deixando apenas uma última nota perante uma omissão. Dizia o Senhor Presidente que, o município não pratica a externalização ou as concessões, e eu recordo-me há bem pouco tempo, ainda que por via indireta, do debate sobre o Teatro Maria Matos. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar (IND).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas, caro Presidente em Exercício, Executivo, Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Deputados Municipais, e restantes e aqui presentes Cidadãos e Cidadãs.-----

----- As contas da Câmara Municipal de Lisboa são nitidamente o resultado de uma estratégia pensada e executada num plano de continuidade, que tem permitido a trajetória de investimento que é visível nas várias alterações desta nossa amada cidade. -----

----- Das quais destaco, no domínio da habitação, e pensamos que é decisiva na cada vez maior a oferta pública de habitação, destaco como dizia, a operação integrada de Entrecampos, potenciará uma zona, que como todos sabem conheço muito bem, uma área de grande diversificação urbanística, socioeconómica e cultural, e fará deste pequeno canto das Avenidas Novas e deste grande canto da cidade, um novo Spot de habitação a custos controlados, isso sim, apraz-me muito que haja novas setecentas habitações e também com ela, um notável movimento de fixação de quem, ou não abandonará a cidade ou que regressará a cidade, isto é, de facto não despreciando e formidável.-----

DRAFT

----- Também os prazos médios de pagamento a fornecedores, dois dias, a dívida a fornecedores muito baixa, abaixo de dois milhões de euros, enfim, fazem da nossa idealidade um exemplo paradigmático, e não só no nosso País, de uma Câmara confiável, credível, que confia e a quem se confia. -----

----- Os impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa, conforme têm sido citados, inalterados desde dois mil e treze, e aqui, temos as famílias e os empregos, mas, com um ponto comum, que é, devolve-se aos cidadãos um muito recente conforto económico, e todos nós sabemos o quão importante é este conforto económico. Aposta-se portanto na, tão celebrenemente falada, Economia Social Thomas Piketty que tão bem define nos dias de hoje, com a aposta necessária na diversificação de ofertas que promovem a coesão socio-territorial e que têm que ser mais implementadas, falamos dos centros de saúde, dos equipamentos desportivos, das escolas, da rede de bibliotecas vinte e um, e de outros exemplos que poderíamos citar.-

----- Apostar, portanto, como eu dizia na economia social, e na consequente humanização tão necessária às famílias, às empresas, neste nosso século tão diverso, tão apaixonante, em que, de qualquer modo a globalização tantas vezes acentua em insuportáveis, digo, insuportáveis clivagens sociais. -----

---- Em contraciclo, esta Câmara Municipal prossegue e espelha, não sem contradições, mas é de humano, e ainda bem, temos como todos, contradições, espelha o desiderato de servir a cidade e honrar as cidadãs e os cidadãos.” -----
----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira (BE).”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente, boa tarde a todas e a todos.-----

----- Nós iremos ser muito sucintos à apreciação do relatório de gestão de dois mil e dezoito, dá conta de facto do trabalho que a Câmara Municipal fez nesta cidade, e acreditamos que esse trabalho foi positivo. -----

----- O passivo desce, a dívida desce, e o prazo médio de pagamento a fornecedores volta a descer. -----

---- O problema criado pela direita, então, começa a ser resolvido.-----

----- Há uma valorização dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, incluindo uma histórica regularização dos vínculos precários, cujos processos foram alvo de uma situação única nos Países, uma Comissão de Avaliação bipartida, estamos a falar de mais de duzentas pessoas que podem ser incluídas nos quadros da Câmara, e lembramo-nos que no início de dois mil e dezassete se falava apenas de

DRAFT

onze pessoas, por isso, esta valorização do quadro da Câmara é importante e esta regularização dos vínculos precários é mesmo muito importante.-----

----- Este relatório dá também conta de mudanças importantes na vida das pessoas em Lisboa, muitas delas já foram faladas, mas a melhoria do serviço da Carris, é, de facto um histórico, com mais autocarros e um aumento dos condutores também. Mas também políticas de vanguarda na cidade de Lisboa que deram a tônica para todo o País, como a gratuidade dos manuais escolares, ou a melhoria das refeições escolares, e um plano de mobilidade para a zona Ocidental, da Ajuda, que tinha problemas graves, também a gratuidade no acesso aos espaços da EGECAC para menores de dezasseis anos, sessenta e cinco anos e desempregados. -----

----- Por isso, fazendo esse balanço claramente positivo, preocupa-nos, e eu creio que preocupará a todo o executivo e a todos os deputados municipais, que, a taxa de execução das despesas de capital esteja de facto muito baixa. -----

----- Na questão das habitações estamos a falar de sessenta e cinco por cento, nos equipamentos de educação sessenta e três por cento, nos parques e jardins quarenta e três por cento, e seria muito difícil explicar aos lisboetas, a quem vive na cidade de Lisboa, que a Câmara Municipal de Lisboa consiga encontrar os recursos para fazer as mudanças que considera essenciais, as políticas essenciais para a cidade, e que não consiga realizar aquilo que pretende fazer. Por isso, sabemos que isso é algo que nos deve preocupar a todos e que devemos avançar nesse caminho de uma melhor execução. -----

----- Dito isto, o relatório de gestão dá conta de uma Câmara que está a ir ao encontro daquilo que o Bloco e o Partido Socialista acordaram, e como tal, as deputadas e os deputados do Bloco Esquerda votarão favoravelmente, com certeza.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões (PCP).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Executivo Camarário, caro Público, Trabalhadores Municipais, boa tarde. -----

----- Apreciamos hoje a proposta referente às demonstrações financeiras e um relatório de gestão do Município de Lisboa, que ao ouvir o Senhor Presidente até nos parece que não há qualquer problema neste município. -----

----- Estamos como sabemos perante o maior orçamento de que há memória na Câmara de Lisboa. Nem mesmo no ano em que houve negócio com o terreno do Aeroporto e com o Parque Expo, permutas essas que permitiram na altura um acréscimo bastante grande, no volume do orçamento, nem mesmo assim atingimos os valores que estamos aqui, no dia de hoje a apreciar. -----

DRAFT

----- Do ponto de vista de avaliação que fazemos desta proposta, importa referir que temos duas visões: -----

----- Uma muito técnica, de ordem financeira, e que não nos não levanta dúvidas, e que espelha uma melhor performance financeira global com a indicação clara das receitas e a sua proveniência, assim como os investimentos e os custos correntes, contudo, estes documentos na nossa convicta opinião, têm de ser vistos por um outro prisma. -----

----- Interessa-nos muito mais analisar aquilo que foi a ação concreta da atividade da Câmara, na medida em que só assim conseguimos perceber aquelas que foram as reais prioridades e as opções políticas prosseguidas pelo Município. -----

----- O documento apresentado não nos permite inferir com exatidão, de forma agregada e eficaz, a estratégia e as prioridades da Câmara, entendendo seguir ao longo do ano transato, por exemplo na área do desporto ou no apoio à cultura. -----

----- Há uma visão da cidade e da gestão municipal, da qual nos distanciamos, nomeadamente quando a Câmara assume responsabilidades que não devem ser municipais, como por exemplo, a aceitação do imobiliário da IRU, ou até mesmo dos centros de saúde, que pensamos que são muito importantes, mas que seriam responsabilidade do Governo Central, isto entre outras coisas. -----

----- Não assume grande parte das medidas que têm que ser implementadas pelo serviço público, abrindo portas à continuação de uma política de externalizações. Assume uma política cultural e desportiva assente em mercantilização e não na participação popular. -----

----- Defende uma linha do metro circular, em vez de a rejeitar, e defende também uma visão de empreendedorismo que nós não acompanhamos. -----

----- Por outro lado, registamos que o Município foca-se, já há vários anos, na redução da dívida, e é excelente que assim o faça, não temos nada contra, mas, à custa de que opções? O que é que foi deixado para trás? Que áreas estão a ser deixadas em segundo plano para que se consiga atingir estes objetivos? Quais foram mesmo as prioridades do Município, e se essas prioridades permitiram servir os lisboetas? Se serviram, servir quem? Em que condições? -----

----- No essencial, a nossa maior questão e que aqui deixamos em aberto, é se efetivamente as prioridades da Câmara foram a transformação da cidade a favor de todos os que aqui residem, estudam, trabalham, ou a favor de grandes interesses imobiliários. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício da Assembleia Municipal, Patrocínia César** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira (PEV).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- No seguimento da análise das Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão 2018 do Município de Lisboa, Os Verdes pretendem, apenas referir alguns aspetos.----

----Do ponto de vista financeiro nada temos a apontar. As contas estão equilibradas, são apresentadas com rigor e, nesse sentido, não nos levantam qualquer problema ou reserva, tal como, aliás, é referido no parecer do Revisor Oficial de Contas.-----

----- A Câmara apresentou uma diminuição da receita de 20,4 milhões de euros face ao ano de 2017. A devolução da Taxa de Proteção Civil, que era inconstitucional, e dos juros, assim como o pagamento da indemnização relativa ao incumprimento do contrato de doação de um terreno na Quinta das Pedreiras, mais conhecido por Processo Arez Romão, tiveram peso nestas contas. E, para 2019, prevê-se que possa haver mais custos com processos, como o da Bragaparkes, com o pagamento de 170 milhões de euros.-----

----- Terminou o ano com um passivo abaixo dos mil milhões de euros, mais concretamente nos 904 milhões, ou seja, menos 15% do que no ano anterior. E reduziu a dívida legal em 10,5%, tendo também baixado a dívida aos fornecedores, o que é positivo. -----

----- No entanto, a nossa divergência de fundo com os documentos que agora apreciamos, prende-se com opções políticas. E aí não nos revemos, de todo, independentemente do equilíbrio financeiro que nos é apresentado. As contas devem ser um instrumento, um meio para atingir um fim, que são as medidas e as políticas que a Câmara se propõe realizar. -----

----- O executivo apresenta Lisboa, pelo sexto ano consecutivo, como o melhor município para viver, para visitar e para negócios, e, portanto, tudo levaria a crer que perante a situação financeira favorável da autarquia, a qualidade de vida dos lisboetas seria favorecida, já que são também eles que contribuem financeiramente para esta situação. E quem tem ouvido o senhor Presidente e o senhor Vice-Presidente até parece que não há problema nenhum na cidade, o que é falso. -----

----- Outro aspeto em que Os Verdes também não se reveem é o facto de continuarmos a verificar um número muito elevado de aquisição de serviços externos, que, no nosso entendimento, podem e devem ser realizados pela autarquia, e não o são por uma opção política errada, apesar de tudo o que o senhor Presidente acabou de referir. -----

----- Naturalmente, valorizamos a conclusão de procedimentos concursais para admissão de trabalhadores nalgumas áreas - cantoneiros, bombeiros, coveiros e tratadores/apanhadores de animais - mas a realidade é que o número de trabalhadores está aquém das necessidades da cidade. -----

----- Voltamos a dar o exemplo da manutenção dos espaços verdes, que é um caso bom ilustrativo desta situação. Uma autarquia com uma carência séria de jardineiros, mas que tem uma escola de jardinagem, considerou que autorizar concurso para apenas 8 jardineiros deveria ser suficiente, quando as necessidades são muito maiores e opta por continuar a contratar empresas privadas. Ou seja, ao longo dos anos,

DRAFT

independentemente da situação financeira da autarquia, a opção do executivo é privatizar. Neste momento não nos podem dar a desculpa de que não há dinheiro para inverter esta estratégia.-----

----- Ainda em relação ao concurso para admissão de jardineiros, apesar de serem apenas oito, não temos qualquer informação que já tenha sido aberto, e sobre isso o senhor Presidente nada referiu.-----

----- Depois, a Câmara refere ter 8.121 trabalhadores, mas não nos podemos esquecer que uma coisa é, em teoria, no mapa de pessoal, apresentar-se este número de trabalhadores, supostamente afetos a determinada categoria, mas na prática, por vários condicionalismos, o que acontece é que não estão efetivamente a exercer essas funções. Ou seja, a carência em determinadas áreas é maior do que aquela que nos é apresentada.-----

----- É ainda de referir que, nalguns eixos, a taxa de execução ficou aquém do que estava previsto. Podemos dar o exemplo da participação cidadã, que ficou pouco acima dos 50%, e há várias medidas que ficaram apenas pelos 30% ou 40%, como os equipamentos sociais e as infraestruturas.-----

----- Na habitação, a execução ficou pouco acima dos 60%, o que é manifestamente insuficiente face ao grande problema que se vive na cidade, assim como a taxa de execução relativa às escolas também deveria ter ido mais longe. E estes são apenas alguns exemplos.-----

----- Reforçamos que a situação financeira do município é favorável, mas não falamos apenas de números, falamos de opções e de prioridades, e aqui temos divergências insanáveis com o executivo, o que nos levará a votar as Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão de 2018 de acordo com as posições que temos vindo a defender.--

-----Para Os Verdes, as finanças municipais devem estar ao serviço das populações e a Câmara, com o orçamento que teve disponível em 2018, tinha obrigação de pôr em prática uma política diferente, mais ao serviço da população e da cidade.-----

----- Não chega apenas ter as contas equilibradas, ter dinheiro disponível, se este não for canalizado para o que realmente faz diferença na vida das pessoas e é justamente por esta questão que Os Verdes não poderão viabilizar esta proposta.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage (PS).”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores.-----

DRAFT

----- Analisamos as demonstrações financeiras de dois mil e dezoito, e pelo segundo ano consecutivo, estas contas são-nos apresentadas com zero reservas por parte dos revisores oficiais de contas. -----

----- O executivo municipal voltou a reduzir e a diminuir o passivo. Este executivo voltou a diminuir a dívida. O prazo médio de pagamento é agora de dois dias, e as dívidas aos fornecedores, também diminuiu, e a consequência destas medidas, é naturalmente, o aumento da confiança por parte dos fornecedores do município. -----

----- A manutenção dos impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa, do IMI, cujo valor está no seu limite mínimo legal, do IRS, onde Lisboa é o município onde mais se devolve às famílias, às famílias, às pessoas. Onde as tarifas de resíduos e de saneamento são as mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa, e mesmo assim, pese embora o peso conjuntural do IMT, permita ainda assim acomodar a devolução da taxa de proteção civil, mesmo assim, na ordem dos cinquenta e quatro milhões, tendo em conta que existia uma reserva de contingência, não foi suficiente para influenciar negativamente as contas do município. -----

----- Senhor Presidente, este é o cenário vigente no município de Lisboa desde o ano de dois mil e treze, este quadro de estabilidade fiscal, de sustentabilidade, das contas certas, é aquele cenário que temos vindo a assistir em que devolvemos às famílias, devolvemos às pessoas, e que portanto, não conseguimos nem ajeitamos qualquer crítica ou dúvida de interesses de grandes empresas, porque as famílias são aquelas que recebem o dinheiro do IRS, e portanto não temos nenhuma dúvida, que o executivo municipal não favorece nenhum interesse imobiliário, muito pelo contrário, favorece as pessoas na Área Metropolitana de Lisboa, são esses os mais favorecidos pelas medidas que têm vindo a ser tomadas. E estas são efetivamente opções políticas, em dois mil e dezassete, em dois mil e dezoito, é esta sustentabilidade, estas contas certas, permitiram como outro grande objetivo, objetivo do investimento, este investimento só é comparável com o início do milénio, onde a União Europeia, os juros bonificados, tiveram uma ordem de grandeza de um investimento na cidade de Lisboa. -----

----- Mas Senhor Presidente, isto acontece para as gerações futuras e acontece graças precisamente às opções políticas que uns criticam, mas são essas opções políticas que nós vemos como sendo o copo meio cheio. De facto, continua a ser preciso fazer mais. Mas Senhor Presidente, quero-lhe dizer que é fácil criticar, é fácil falar, o Senhor Presidente tem feito, e a obra feita fala por si, as contas certas são um caminho essencial para a sustentabilidade, não há outra maneira de fazer, senão desta. E este é o ponto essencial, não podemos avançar sem contas certas, sem haver um caminho sustentado, sustentável e estável. -----

----- Senhor Presidente melhore, e continue a melhorar o nosso futuro coletivo e citando como disse há pouco: “Tudo para servir melhor Lisboa”. -----

-----Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

DRAFT

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton (PSD).”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.-----

----- Depois de ouvir o Presidente da Câmara recuar até ao remoto ano de dois mil e sete, recuou doze anos, pensei que a seguir ia recordar a grande conquista socialista da cidade de Lisboa de mil cento e quarenta e sete, é que *fake news* por *fake news*, já agora faziam uma espécie de *Oline* nesta fábula da cidade de Lisboa que querem promover. Desde logo porque a primeira grande realidade, é a realidade factual, e a realidade dos impostos mais baixos nesta cidade, ao PSD se devem.-----

----- Fala Vossa Excelência, em investimento, mas as escolas estão a ruir, ainda agora duas foram evacuadas, fala em investimento, mas o lixo nas ruas continua a acumular-se, vão ter que ser as Juntas de Freguesia a procurar resolver.-----

----- Fala em desenvolvimento económico, mas continua a empatar na regulação de áreas importantes para o desenvolvimento da cidade, como é por exemplo o alojamento local.-----

----- Fala em investimento em habitação, e desde dois mil e quinze que anuncia mais construção para o programa de renda acessível, aliás, todos os anos anuncia no entanto em número inferior ao do ano anterior, mas, em dois mil e dezoito, zero concluídos.-----

----- Fala em investimento em mobilidade, mas um quarto da cidade não tem cobertura de metropolitano.-----

----- Fala em investimentos nos bairros municipais, mas recorrentemente tem milhares de inquilinos desses mesmos bairros sem o mais básico para a sua qualidade de vida, os elevadores.-----

----- Também destaco Senhor Presidente, da sua intervenção uma preocupação com as suas várias encarnações nesta Câmara, certamente, diria eu, reflexo das suas preocupações metafísicas com as assombrações que ainda hoje param pelos Paços de Concelho.-----

-----O ano de dois mil e dezoito foi em boa medida, mais um ano “poucochinho” para a cidade de Lisboa. Não obstante o aumento significativo da receita, nomeadamente no IMI e no IMT, foram cobrados mais sessenta e cinco milhões que em dois mil e dezassete, a execução da despesa de capital, situou-se num nível medíocre, nomeadamente ao nível do investimento realizado, apenas cinquenta e oito por cento de execução orçamental, ou seja, menos noventa e dois milhões de euros que o valor orçamentado, um valor que ficou inclusivamente, abaixo do valor do ano anterior, foram cento e vinte oito milhões de euros em dois mil e dezoito, mas em dois mil e dezassete tinham sido cento e cinquenta e três.-----

----- E inevitavelmente, as contas de dois e mil e dezoito ficam marcadas por dois eventos que condicionaram a gestão financeira do ano, e que decorrem de decisões

DRAFT

políticas erradas, com graves consequências para o município, tomadas obviamente pelo executivo socialista à frente dos destinos da cidade, como quis recordar desde dois mil e sete, nomeadamente, a decisão judicial relativa ao contencioso com a família Arez Romão que custou aos cofres da Câmara cerca de noventa e seis milhões de euros, dos quais trinta, correspondem a juros e apenas cinquenta e cinco estavam provisionados no balanço. Devolução da taxa municipal de proteção civil, aí com pagamento de cerca de cinquenta e quatro milhões de euros, e a anulação líquida de provisões cerca de cinquenta e seis milhões de euros, a que falta inevitavelmente os juros que o PSD, aqui sempre disse que haviam de pagar, que não queriam pagar, mas que agora em dois mil e dezanove vão ter de pagar, aliás, a redução do passivo total para novecentos e quatro milhões, ficou em boa medida a dever-se à diminuição das provisões para riscos e encargos em cerca de cento e treze milhões de euros. -----

----- E por tudo isto venho aqui anunciar, que para além da recomendação que hoje aqui trazemos, para alteração do Regulamento Municipal de atribuição de subsídios em instituições sem fins lucrativos, o RAAML, iremos também apresentar numa próxima sessão, a imposição de um limite de crescimento de despesa corrente em benefício da despesa capital por referência ao crescimento conjuntural de algumas receitas correntes, nomeadamente o IMT, e isto tem o objetivo de evitar, que se crie uma estrutura rígida de despesa que não seja depois comportável no caso de haver de uma inversão no valor arrecadado com essas receitas. -----

----- E sobre a proposta que nós temos hoje aqui para apresentar, note-se, que os compromissos assumidos em dois mil e dezoito relativamente aos subsídios a atribuir a instituições sem fins lucrativos, totalizaram entre transferências correntes e de capital, cerca de quarenta milhões de euros, contra os trinta e três de dois mil e dezassete, os vinte e quatro de dois mil e dezasseis, os dezasseis de dois mil e quinze, e os catorze de dois mil e catorze, um valor que quase triplicou em cinco anos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink (PPM).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmas. Senhoras Secretária da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, boa tarde. -----

----- Discutimos hoje a Proposta nº262/CM/2019 e 263/CM/2019, respetivamente, o Relatório de Gestão e as de Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de dois mil e dezoito e a primeira revisão ao orçamento de dois mil e dezanove. -----

DRAFT

----- No passado dia doze de abril, o Município apresentou as suas contas pela voz do seu agora novo e vigoroso Vice-presidente João Paulo Saraiva, sob o título contas certas, equilibradas e sustentadas. -----

----- Vejamos então, se estas contas estão efetivamente certas, equilibradas e sustentadas. Muito bem! -----

----- O município de Lisboa apresentou em dois mil e dezoito uma redução de quinze por cento no passivo, o que é positivo. No entanto, o total deste passivo ascende ainda novecentos e quatro milhões de euros, dos quais quatrocentos e trinta e três dizem integralmente respeito a dívida legal da Câmara, uma dívida, que equivale praticamente a oitenta por cento do valor da receita fiscal corrente do ano. -----

----- Correto, Senhor Vice-presidente? Muito bem. -----

----- O Município aproveitou ainda a conferência de imprensa, para informar que no que diz respeito à taxa municipal de proteção civil, famosíssima, iria devolver em dois mil e dezanove mais três milhões de euros de juros aos lesados do município de Lisboa a que se somam aos cinquenta e oito milhões já devolvidos em dois mil e dezoito respeitantes à malograda taxa municipal de proteção civil. -----

---- Portanto, em relação às contas certas, Senhor Vereador, acho que já estamos conversados, cobrou o que não podia e agora promete devolver os juros de mora devidos e que jurava há um ano que não o faria, ou faria só se fosse obrigado, e pelos vistos agora foi. -----

----- Mais, em dois mil e dezoito o Município registou pela primeira vez desde dois mil e catorze uma quebra na receita respeitante aos proveitos por via de taxas e impostos, esta receita quebrou face a dois mil e dezassete cerca de trinta milhões de euros o que pode indiciar uma inversão no ciclo de crescimento contínuo da receita por via de impostos e taxas que se verificava já há nos últimos cinco anos. -----

----- Apesar disso, o município não inverteu em dois mil e dezoito o crescimento dos custos operacionais o mais rígido e difícil de alterar e que manteve a reta de crescimento da receita, desta vez, de quase seis por cento atingindo cerca de quatrocentos e oitenta e nove milhões de euros. Despesas rígidas e receita com sinal de inversão não indiciam um futuro muito auspicioso nas contas do município, contas equilibradas Senhor Vereador, se calhar também não teremos a muito curto prazo. -----

----- Sabemos agora, com a recente crise política, promovida pelo Senhor Primeiro Ministro, que, comprometer-se hoje com despesas que no futuro poderão não ser sustentáveis por receita, colocaria em causa a sua continuidade no executivo como Vice-presidente, “cuidadinho”! E provavelmente deste executivo municipal, tão alinhado com o Governo. -----

----- Não queremos que comprometa a sustentabilidade do município e apelamos à sua prudência Senhor Vice-presidente, não deixando de assinalar hoje algumas nuvens negras, que avistamos nesta matéria. -----

----- Outra afirmação habitualmente proferida pelo Vice-presidente da Câmara é a de que o município apoia as famílias, pois em termos percentuais pratica a maior taxa de devolução do IRS, dois ponto cinco por cento, a taxa de IMI mais baixa, de zero vírgula três por cento, e a mais baixa tarifa de saneamento e resíduos urbanos. Ainda

DRAFT

assim, se considerássemos o valor absoluto de cobrança do IMI do cobrado *per capita* o resultado seria diferente. Portanto, o amigo das famílias cobra quinhentos e quarenta e seis milhões de euros em impostos. “Com amigo destes...” -----

----- O Senhor Vereador despende dezenas de slides em explicar isto, e acha que é competitivo viver em Lisboa, com os preços de compra e arrendamento que se verificam, realmente só mesmo Senhor Vereador é que deve achar esses preços fantásticos. -----

----- Tendo analisado o Relatório de Gestão e as respetivas demonstrações financeiras, o parecer do ROC, e a certificação legal de contas, que em conjunto constituem a prestação da atividade e das contas da Câmara Municipal de Lisboa, desenvolvidas ao longo de dois mil e dezoito, está na altura de confrontar entre o que foi prometido no orçamento para dois mil e dezoito, e o que foi efetivamente concretizado nesse ano. ---

----- Destacamos da análise, os seguintes pontos:-----

----- Primeiramente, e pela positiva, gostaria de saudá-lo a si e a toda a equipa pela forma como o documento está apresentado e suportado do ponto de vista técnico. -----

----- Mas vejamos, em relação ao conteúdo. Execução do plano de atividades objetivo programa em termos gerais. A taxa de execução em termos gerais, da despesa da capital foi apenas de sessenta e nove por cento, pior ainda, é olhar para taxa de despesas de investimentos que foi só de cinquenta e nove por cento, e estamos a falar de menos de vinte e dois milhões de euros, face a dois mil e dezassete. -----

----- Na análise dos eixos: -----

-----Eixo A, Lisboa mais próxima, habitação com taxa de execução de sessenta e quatro por cento. -----

----- Eixo B, Lisboa empreendedora, as escolas com execução de apenas de sessenta e oito por cento, o empreendedorismo com apenas trinta e sete por cento, ainda uma das vossas bandeiras a participação de cidadão, apenas cinquenta e cinco por cento. -----

----- Ao nível da receita, o grande destaque é a quebra da receita de três por cento de vinte milhões. A Câmara apesar de governada pela esquerda, e apesar de tanto criticar a especulação imobiliária na totalidade, recebeu duzentos e cinquenta e cinco milhões e euros, fruto de transações imobiliárias. No sentido oposto, demonstramos preocupação pela quebra na receita da Derrama de quase de vinte por cento, o que são menos dezanove milhões de euros, e que choca no contexto económico atual de crescimento. A atratividade fiscal para as pessoas não tem certamente, e pelos vistos para as empresas também não. Preocupante na quebra da receita é que a sua volatilidade choca com a rigidez da despesa. -----

----- Ao nível então da despesa, o grande destaque é a subida da despesa corrente, cerca de quarenta milhões de euros, cerca de nove por cento e que contrabalançando com a redução da receita, provoca desequilíbrios com degradação dos rácios. O município orgulha-se destes valores, mas a verdade é que não tem conseguido inverter a quebra da população no município. A política da atratividade fiscal não tem obtido os resultados esperados, e, não tem mais residentes, apesar de ser pelo sexto ano consecutivo o melhor município para viver, visitar e fazer negócio.-----

----- Disse.” -----

DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo (CDS-PP).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Estamos a discutir o documento das demonstrações financeiras e o relatório de gesto de dois mil e dezoito do município de Lisboa. -----

----- Ora, este é o documento mais importante, até mais importante do que o orçamento da Câmara, porque no orçamento da Câmara, ou o orçamento de qualquer governação, é uma carta de intenções, no fundo é um conjunto de intenções e aqui, é um conjunto de ações, pela qual nós podemos avaliar uma atividade governativa de uma maneira muito mais concreta, conseguimos perceber quais foram as prioridades, conseguimos compreender de certa maneira qual é o pensamento político destes governantes. -----

----- De maneira que, não vamos fazer aqui assim um comentário exaustivo ponto por ponto, mas vamos falar daquilo que é o principal que o CDS tira deste documento. -----

----- A primeira coisa que vem à superfície, é que as taxas de execução são relativamente baixas nalguns pontos e muito baixas nalguns outros pontos, alguns dos quais nós consideramos preocupantes. E vemos aqui, por exemplo, a despesa de investimento que o Senhor Presidente comparou com a de dois mil e onze, fez aquilo que os governantes fazem, vê-se com bons olhos, portanto, foi para trás à procura de um ano com o qual pudesse fazer uma comparação extraordinariamente simpática, mas nós não vamos ser tão simpáticos, nem tão antipáticos, nós vamos fazer aqui assim, a comparação de dois mil e dezoito em relação ao ano de dois mil e dezassete, e fazendo essa comparação, a despesa de investimento tem uma taxa de execução de cinquenta e nove por cento, e reduziu catorze por cento. Vamos lá ver: -----

----- O que nós achamos mais importante, é fazer um equilíbrio entre aquilo que é previsível que se venha a gastar, e aquilo que é necessário retirar à economia e às famílias, que é isso que se faz para se obter receitas na Câmara. O melhor é conseguir encontrar um equilíbrio, em que estes dois valores estejam mais próximos possível um do outro. Porque nós nem queremos que a despesa exceda os dinheiros que existem disponíveis, obviamente. Mas também não queremos, que se vá buscar mais recursos à sociedade do que aqueles que são necessários e do que aqueles que um corpo governativo prevê que consiga executar, porque a sociedade, a economia e as famílias têm outras formas maneiras de gastar esse dinheiro. -----

----- E nós estamos convencidos, que, esta governação da Câmara de Lisboa, que já não vem de ontem, nem é o primeiro mandato, já vem de mandatos atrás, já está há

DRAFT

alguns anos a fazer a governação da cidade, já quanto a nós tinha obrigação de conseguir fazer uma previsão mais equilibrada destes dois valores. Mesmo referindo-nos a esta taxa de execução da despesa de investimento, a nós, não nos choca nada que o Senhor Presidente, aplique um valor mais baixo. Pode ter essa intenção, de fazer um investimento de valores mais baixos, o que para nós está mal, então nesse caso é que vá buscar à sociedade tantos recursos que na realidade não seriam necessários. O Senhor Presidente pode fazer esta opção, é legítima, é legítima, o que não está certo é este desencontro. -----

----- Depois queríamos aqui notar outra coisa, que é a taxa de execução do imposto do IMT, cento e trinta por cento, são mais treze por cento em relação ao exercício do ano anterior. Ora esta receita, de duzentos e cinquenta e cinco milhões de euros, significa vinte e cinco por cento do total das receitas da Câmara de Lisboa. Ora o governo da Câmara de Lisboa tem esta noção, mas às vezes ali assim, os partidos da esquerda, pela maneira como falam das transações imobiliárias, não têm a noção dos valores que as transações imobiliárias significam nas receitas da Câmara e o que é que estes valores podem fazer pelos lisboetas. -----

----- Por outro lado, nem todos os valores têm a mesma taxa de execução, obviamente alguns são relativamente baixos, outros são excessivamente baixos, no nosso entender e é a esse que nós vamos referir-nos, porque são os que necessitam de uma atenção especial. Vemos aqui por exemplo, infraestruturas culturais, equipamentos sociais, viadutos e arruamentos com taxas de execução inferiores as trinta e cinco por cento. ---

----- Ora neste ponto, nós consideramos que isto é uma função que deve ser efetivamente assegurada, pelos poderes públicos não pode ser assegurada de outra maneira e, portanto, nós achamos que esta taxa de execução é efetivamente muito mais baixa do que devia.-----

----- Não dizemos obrigatoriamente, aqui no plano anual de atividades, que tinha uma série de capítulos, divididos por eixos, diz dar força à economia, tem uma taxa de execução de trinta e sete virgula quatro por cento, se calhar não é preciso mais, pode ser preciso, ou pode não ser preciso, mas não estamos a falar de valores comparáveis, uma coisa é tratar dos arruamentos e dos viadutos, tem que ser os poderes públicos a fazer isto, dar força à economia, isso é, uma opção de governação. -----

----- Vamos aqui a outro valor que nós consideramos muito preocupante, tem a ver aqui assim com os números da GEBALIS, mais de quarenta por cento de famílias que vivem nos bairros sociais, tiveram de pedir, já não se chamam bairros sociais, bairros municipais, peço desculpa, pediram e tiveram uma redução de renda ou anulação de dívida, mais de quarenta por cento de famílias, mais quatrocentas e quarenta e cinco famílias, em relação a dois mil e dezassete, portanto, totalizam agora mil quinhentas e cinquenta e duas famílias que não tiveram capacidade para continuar a responder pelas suas responsabilidades aquilo que ficou combinado entre elas e a Câmara Municipal de Lisboa, precisaram de ajuda. Numa Lisboa com um bom crescimento económico, nós consideramos que este valor não é aceitável, e temos uma taxa de execução também muito baixa, dos contrastes programa, só vinte cinco por cento do

DRAFT

que estava orçamentado para dois mil e dezoito, três milhões de euros foram executados, estavam orçamentados doze milhões de euros. -----

----- Portanto, isto são exemplos dos pontos onde o CDS considera que deve ser dada uma atenção redobrada, porque se não for a Câmara a fazer isto, não pode ser mais ninguém, e são pontos muito sensíveis. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Encerramos assim a primeira ronda de inscrições, e vamos dar a palavra à Câmara.-----

----- Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados-----

----- Eu gostava de começar pelo Deputado Luís Newton, há de facto um fantasma na Cidade de Lisboa, e esse fantasma, não desapareceu, nem foi alvo de nenhuma ação de caça fantasmas daquelas que vimos nos filmes. E o fantasma chama-se última governação do PSD na cidade de Lisboa. E esse fantasma está de tal forma presente, que ainda hoje convoco esses dados para vermos a importância de nos afastarmos e de nos protegermos dessa assombração, porque o PSD, na última encarnação na Câmara de Lisboa, deixou uma dívida a fornecedores de mais de quatrocentos e vinte milhões de euros. Quatrocentos e vinte milhões de euros, a fornecedores prejudicando as empresas, a economia da cidade, com uma incredibilidade da Câmara como agente económico, uma instituição pública incapaz de puxar pela economia da cidade. Uma Câmara que acumulava passivo e do qual nós ainda hoje estamos a pagar essas decisões. Gostava de dizer, Senhor Deputado, que várias das reduções importantes de passivo que fizemos ao longo destes anos todos devem-se algumas e ainda não está tudo concluído, a decisões tomadas precisamente nesses anos de governação. E é com isso presente que temos uma atenção em cuidar, que em nenhuma circunstância a Câmara de Lisboa volte a passar por esse momento e volte a passar por essas circunstâncias. Acho aliás interessante, que o Senhor Deputado tenha convocado para este debate, uma proposta de fazer um limite ao crescimento da despesa corrente do município. É que se o Senhor Deputado reparou, essa proposta no município de Lisboa não é particularmente útil, porque o crescimento que a despesa corrente do município tem feito, tem estado associado ao recebermos novas competências, como a Polícia, como o facto de termos a Carris, não está associado a um crescimento estrutural da despesa corrente para além do âmbito destas novas competências. Eu só posso interpretar aliás, essa sua afirmação como um conselho “directinho” para o Doutor Rui Rio e para a bancada do PSD, que nos últimos dias muita ambiguidade devem ter sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Deputado-convocou aqui os processos do passado, e fez bem! Fez bem convocar o processo Arez Romão, fez bem convocar esse processo do passado, porque o Senhor Deputado repare que se não tivéssemos circunstâncias, elas sim,

DRAFT

extraordinárias, que não se repetirão no próximo exercício orçamental, a redução da dívida teria sido de cerca de duzentos e dezassete milhões de euros, em vez dos cerca de cinquenta, teriam sido duzentos e dezassete milhões de euros em redução da dívida, teria sido esse o resultado. O Senhor Deputado não tem razão, quando fala relativamente à taxa de Proteção Civil, porque, repito, aliás não repetirei aquilo que sempre disse sobre a minha convicção sobre a importância de termos um financiamento autónomo para o sistema de Proteção Civil, imune aos ciclos económicos, mas reafirmo-lhe aquilo que é a posição do município. Nós não discutimos, e não nos irritamos com o cumprimento da legislação, nós cumprimos a legislação como temos que a cumprir, e aquilo que não podíamos fazer de pagamento fazemo-lo agora, sem qualquer remoque, gostava de dizer, era que se não tivéssemos essas circunstâncias teríamos feito uma redução da dívida de duzentos e dezassete milhões de euros.-----

-----Diz o Senhor Deputado, bom, o Senhor Presidente vai lá atrás, vai lá atrás, vai lá atrás, até vai a mil cento e quarenta e sete para a conquista Socialista, eu não sei, se a conquista foi feita por um Socialista, mas olhe que o mérito da iniciativa foi grande e até parece que sim. Porque o que nós recordamos no passado é não só as contas de uma governação do Partido Socialista desde dois mil e sete que mantém este traço contínuo, mas eu posso pegar no ano que o Senhor Deputado quiser a partir daí para a frente, e posso compará-lo aliás, com o ano que o Senhor Deputado quiser dos tempos da governação do PSD. Diz que faltam coisas por fazer na cidade, mas claro que faltam coisas por fazer na cidade, há sempre coisas para fazer na cidade, agora que a cidade tem hoje uma capacidade de investimento para a resolução de problemas que não tinha no passado, Senhor Deputado, tem, isso nota-se a olhos vistos. Tem desde os serviços básicos da pavimentação, desde o avanço na requalificação das escolas, na prioridade central na habitação, nos apoios sociais e nas famílias, e foi aqui destacado o programa dos manuais escolares a todo o conjunto de intervenções da Câmara Municipal de Lisboa, hoje temos os recursos para fazer face a esses desafios.-----

----- Diz também a Senhora Deputada dos Verdes, “que não há problema nenhum para resolver”, não me ouviu dizer isso, o que me ouviu dizer, é a expressão da confiança na gestão financeira da Câmara, e, na nossa capacidade acrescida de resolver desafios e de resolver matérias essenciais à vida dos lisboetas. Diz a Senhora Deputada, que nós continuamos numa onda de externalização, de privatização, de desvalorização do serviço público, Senhora Deputada, não encontra isso em nenhuma ação da Câmara, também não encontra o preconceito, não encontra o preconceito ideológico. -----

----- E Senhor Deputado, alguém aqui referiu o Teatro Maria Matos, Teatro Maria Matos não é concessionado por nenhuma questão financeira, foi concessionado por uma questão política de gestão de equipamentos. Como haverá novas concessões apresentadas em áreas em que isso seja relevante para o desenvolvimento, e normal na atividade o município. Uma coisa que fique clara, não se tratou de nenhuma opção de natureza financeira e não se tratou de nenhuma opção de fundamentalismo ideológico de superioridade do privado face ao público, agora há áreas da vida da cidade, que de

DRAFT

facto a sociedade civil é capaz de o desempenhar, com maior diversidade e vantagem para a cidade do que uma prestação direta, e não temos sobre isso nenhum complexo. -
----- Voltamos à questão dos jardineiros, quando eu entrei na Câmara, o problema era com um conjunto muito grande de funções da Câmara e mesmo havendo uma barreira legal, os deputados do PCP, não se comoviam, diziam sempre que nós tínhamos de ultrapassar. Colocamos as prioridades nos Bombeiros, colocamos as prioridades na manutenção da cidade, colocamos as prioridades em assumirmos a Policia de Trânsito, a dimensão do trânsito dentro da Policia Municipal, colocamos as prioridades na Carris, colocamos as prioridades em novo reforço adicional de Bombeiros, novo reforço relativamente à Higiene Urbana, estamos a resolver problemas em várias áreas, nova prioridade agora colocada à dotação e rejuvenescimento dos quadros em matéria de Urbanismo, porque nós temos que fazer bem essas funções, que são funções indelegáveis. -----

----- Agora, Senhores Deputados gastar a margem que temos, a internalizarmos de forma mal sucedida áreas de intervenção que há larguíssimos anos não estão nas competências do exercício direto do município, com franqueza, é um peditório para o qual eu não dou, mas começa já a ficar um pouco estafada, é que há anos, anos e anos que já só vai sobrando esse argumento de divergência política. Sem preconceito, mas sem abdicarmos do prestígio do serviço público, continuaremos a reforçar os recursos na área que vamos manter, sem qualquer reserva como âmbito de prestação direta do município. -----

----- Refere o Deputado do Bloco de Esquerda, um aspeto muito importante, que é, no aspeto da valorização do serviço público, está a capacidade de prestarmos adequadamente esse serviço, dignificando o serviço público, dignificando a imagem do serviço público aos olhos dos cidadãos, dignificando os trabalhadores e dignificando também, numa estratégia de fazermos com que na Câmara Municipal de Lisboa, nós não tenhamos emprego precário. Emprego precário, não é, não utilizarmos as formas adequadas para necessidades que por vezes são temporárias e circunstanciais. O Emprego precário é uma pecha que durante muitos e muitos anos esteve instalada na Câmara Municipal de Lisboa, assim como em todo o País. Foi aqui, ainda nos tempos do início do mandato do Presidente António Costa, que se fez o maior processo de regularização de precários que há conhecimento na administração pública Portuguesa até agora, novecentos precários à época regularizados, em sede de tribunal arbitral. E é por essa razão que, sem qualquer reserva, sem qualquer reserva nós faremos essas regularizações quando elas se justificarem e forem consideradas, porque o que nós entendemos, é que, e permita-me aqui o PCP, para frasear a sua frase bem conseguida, as necessidades permanentes correspondam a postos de trabalhos efetivos e com direitos, é a política que o município tem seguido, pode haver divergências nas áreas, que nós apostamos diretamente, nas áreas que apostamos diretamente sempre foi a política que temos seguido desde o primeiro dia, e disponho-me ao debate sobre cada uma delas. -----

----- A Senhora Deputada do PCP levantou uma questão que é dizer bom, mas o município não deve assumir aqui outro conjunto de responsabilidades como o IRU e

DRAFT

como os Centros de Saúde. Senhora Deputada se há mesmo altura, em todas em as circunstâncias nós devemos assumir mais responsabilidades, com uma negociação adequada, sim, com a negociação que se justifica, sim, protegendo a nossa capacidade própria de execução, sim, mas também sem medo. Porque a posição que muitas vezes é assumida, que é ficarmos fora da bancada, do lado da bancada, não querendo assumir as responsabilidades, há espera sempre de um dia perfeito, mas preferindo ser sindicalistas, sindicalistas de uma má situação ou perante uma má situação aos municípios, ou ser os agentes da resolução do problema. Eu não tenho nenhuma dúvida, prefiro resolver o problema, prefiro ter o poder para resolver o problema, e prefiro prestar contas por essa nova responsabilidade, e temos um crédito a nosso favor, é que sempre que a Câmara de Lisboa e este executivo fez isto, nós fomos bem-sucedidos. -----

----- A prova máxima que nós temos para mostrar chama-se CARRIS, contra a convicção do PCP, contra a convicção de muitos sectores no campo oposto, nós provamos que era possível assumirmos a responsabilidade da CARRIS, era possível delinear uma estratégia bem-sucedida e era possível começar a melhorar a CARRIS. E fizemo-lo sem medo, sem medo de quê? Sem medo das dificuldades do processo, mas também sem medo das dificuldades técnicas, políticas, financeiras de um processo tão exigente, mas também sem medo do confronto com os cidadãos, com a impossibilidade de fazermos a melhoria de um dia para o outro. -----

----- O mais difícil na política é saber lidar com a insatisfação, saber lidar com a diferença do ritmo da expectativa da resolução dos problemas, e muitas vezes a nossa capacidade na resolução dos problemas. -----

----- Agora há uma coisa que eu estou certo, é que nós hoje temos resultados para mostrar uma CARRIS que todos os dias está melhor, tem mais trabalhadores, tem mais autocarros, tem mais linhas em operação, está a recuperar os serviços ao sábado, às noites, aos fins de semana, está a melhorar o seu desempenho ambiental, chegou a um acordo, está a melhorar as condições de trabalho, renovou por inteiro a contratação coletiva com todas as organizações representativas dos trabalhadores, e sublinho todas, sem nenhuma exceção, não foram as mais afetadas à sensibilidade A ou sensibilidade B, foi com todas. -----

----- Isto é, nós temos o melhor serviço, temos o melhor serviço público ao cidadão, e nunca se colocou o PCP sabe, estivemos juntos nessa mesma batalha, até divergirmos na questão da municipalização, e estivemos sempre juntos na confiança de que o serviço público pode ser prestado com qualidade e não precisa de ser privatizado nem concessionado para isso. E a CARRIS é hoje um exemplo, e é hoje um exemplo que devia fazer o PCP pensar sobre as questões das transferências de competências e da assunção de competências, é porque a nossa proximidade e a nossa capacidade é melhor do que muitas vezes a possibilidade num estado central que se encontra longe, mais distante dos problemas e menos sensível à resolução dos problemas, porque têm de pensar num todo nacional. -----

----- É por isso que reafirmo, muito gostava que já tivéssemos acelerado o processo de transferência do parque habitacional do IRU para o Município de Lisboa, porque seria

DRAFT

a forma de vários dos problemas que esse parque tem estarem hoje em vias de resolução. E da mesma maneira reafirmar, a decisão acertada relativamente aos Centros de Saúde, que vão ser Centros reais, concretos com mais competências e mais capacidade de servir os cidadãos deste mandato autárquico.-----

----- Por último, responder a uma questão de fundo, que é uma questão estrutural colocada por vários Senhores Deputados.-----

----- É preciso ter a consciência que muitos Senhores Deputados colocaram, que nós vivemos um período de uma receita excecional do imposto municipal de transações, do IMT, e é preciso ter a consciência que uma receita com esta volatilidade recomenda a gestão prudente, que nós não façamos sobre esta receita, nem despesa corrente num montante correspondente, mas também que não façamos a redução da receita fiscal estrutural em função desta receita corrente, desta receita extraordinária, seria um erro à boa gestão da coisa pública. A Senhora Deputada do CDS não tem razão quando diz devíamos ter a conta sempre equilibrada todos os anos, não! Nós temos de utilizar a margem que temos, para investir certamente para resolver problemas, mas temos também que reduzir a dívida que temos porque só reduzindo a dívida e encargos que temos com a dívida que são pesados, podemos melhorar a situação financeira e estrutural do município. Seriam dois erros, seriam dois erros que ocorreriam exatamente para o mesmo fim, se nós aumentássemos a despesa corrente em função do crescimento do IMT, é um erro fazer isso, e nós não o fazemos, e as contas mostram que nós não o fazemos, como seria também um erro, fazer a erosão da base fiscal estrutural do município, porque há anos em que temos um acréscimo de receita extraordinárias de IMT, o que temos que aproveitar, é não só para investir, mas também para reduzir a dívida do município, que é o que nos permite reduzindo os encargos da dívida, colocar uma solução mais estrutural. -----

----- Fala o Senhor Deputado Rui Costa, e termino, para a questão de pensarmos estruturalmente nas finanças do município, estou de acordo, sobre isso. Estou muito de acordo, a Lei de Finanças Locais tem elementos, nomeadamente o peso que atribui às receitas do IMT e a falta de peso que atribui a outras receitas mais estáveis, coloca os municípios na circunstância de gerirem orçamentos que são na prática pró-cíclicos, isto é, em vez de terem mais orçamento nos períodos mais difíceis, os municípios têm mais orçamento nas alturas em que a economia está melhor, e nas alturas em que a economia está pior têm orçamentos muito mais baixos, isto é, têm mais dificuldade em serem instrumentos anti cíclicos. Há várias propostas para estabilizarem isso, espero que isso seja feito no início da próxima legislatura que seja possível ter um diálogo frutuoso com o Governo, sobre a estabilização das fontes das receitas, serei sempre intransigente num ponto, em quanto não houver melhor alternativa do IMT, não aceitarei como Presidente da Câmara de Lisboa que haja uma alteração da atual base de financiamento, para não erodir as receitas do município. -----

----- Última questão, sobre os incentivos à Reabilitação Urbana, eu concordo com o que o Senhor Deputado diz, nós temos de ter um quadro legal diferente relativamente aos incentivos à Reabilitação Urbana, ele não vem tanto do regulamento que o Senhor Deputado coloca, porque as margens regulamentares são muito pequenas,

DRAFT

porque o fundamental dos incentivos em matéria fiscal, estão definidos em lei, e na minha opinião, não estão bem definidos, porque são benefícios que estão definidos de forma estática na lei, que se mantiveram na lei, que foram criados e que se mantêm ao longo dos anos na lei. E o que é que eles são? São benefícios que são em primeiro lugar universais, de Norte a Sul do País em todos os municípios, que são universais no território das cidades e que são imunes aos ciclos e às evoluções das economias das cidades. -----

----- O trabalho que há a fazer em matéria de benefícios fiscais é muito simples, em sede de IMI e em sede IMT, a competência dos benefícios devia ser exclusivamente das Assembleias Municipais e dos municípios, que deviam aprovar os valores e as circunstâncias dos benefícios no seu território em função de um ciclo económico, isto é, para nós termos os recursos para podermos dar os benefícios quando precisamos de incentivar uma determinada política, para podermos diminuir esses benefícios quando não se justifica essa atribuição de benefícios, e há casos em que ela não se justifica, mas isso é necessário que se faça uma revisão da lei para que o município ganhe esse poder e nós possamos fazer e ter esse instrumento de forma adequada. -----

----- Concluo Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Vice-presidente fará a resposta às questões seguintes, e o encerramento em nome da Câmara, saudando mais uma vez o Senhor Vice-Presidente, os meus colegas de executivo, os serviços do município. Acho que estas contas honram o serviço público, e honram uma grande instituição pública, que é a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, nós até tínhamos informado a Câmara, até porque o Senhor Presidente nos tinha colocado a questão de ter um compromisso, nós até tínhamos informado a Câmara que não tínhamos inscrições para uma segunda ronda, mas entretanto o Senhor Deputado Luís Newton inscreveu-se. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Newton, e depois prosseguiremos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, quero começar por destacar que da intervenção do Senhor Presidente, registo obviamente três momentos fundamentais. -----

----- Em primeiro lugar, dizer que ouvir o Presidente da Câmara faz lembrar um bocado o Primeiro Ministro, sobretudo quando está na altura de falar daquelas que são as grandes diferenças entre a gestão do Partido Socialista e a gestão PSD/CDS, o problema é que depois vamos ver e, surpresa, o PSD/CDS fez mais investimento público que a gerigonça, grande defensora do que é público, isto também atesta quanto à credibilidade. -----

----- Diz o Senhor Presidente, que gostam de cumprir a lei, mas a verdade é que há pouco mais de seis meses recusavam a pagar os juros de uma taxa municipal, que,

DRAFT

convenhamos também não nos surpreende, porque durante dois anos cobraram ilegalmente essa mesma taxa municipal aos lisboetas, e diria que isto também atesta a matérias de credibilidade.-----

----- E por fim, a cereja no topo do bolo. O Senhor Presidente da Câmara agora até quer que Dom Afonso Henriques seja socialista. Senhor Presidente, pena é que ele esteja morto e não possa estar aqui para o esclarecer, mas eu quero desde já dizer-lhe, quero desde já dizer, para que não haja nenhuma tentativa, ele não está num cemitério lisboeta, ele está enterrado na Igreja de Santa Cruz, que é em Évora. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- Coimbra, Coimbra, Coimbra.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Entretanto inscreveu-se também o Senhor Deputado Municipal Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, eu depois deste lapso geográfico que deslocou um pouco o debate político, tinha de o vir aqui justificar. É que o mesmo lapso geográfico, entre Coimbra e Lisboa se dá aqui um pouco em relação à responsabilidade dos juros, do pagamento dos juros na taxa municipal proteção civil, e portanto é bom lembrar, que esta Assembleia Municipal aprovou unanimemente uma Moção para que fosse alterada a lei geral tributária, com carácter interpretativo para permitir o pagamento de juros, primeiro ponto. -----

----- Segundo ponto, e dando o seu a seu dono o PSD e o CDS, na Assembleia da República cumpriram esse desiderato, sendo a lei, aliás uma das raras, aprovada por unanimidade. -----

----- Terceiro ponto, e não querendo ser aqui o profeta da desgraça para a intervenção que me antecedeu, tanto quanto julgo saber, relativamente a esta matéria, já foi anunciada a devolução dos juros, exatamente no mesmo momento em que foram apresentadas as contas do município, é que às vezes é bom pormos as coisas no seu sítio. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vice-Presidente, não temos mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Começando pelo fim, para depois fazer a intervenção final. Dizer que, é o Deputado Rui Costa, muito obrigado pelo esclarecimento. -----

----- Dizer que, o Deputado Luís Newton se nos pudesse só dar um segundo de atenção, para depois não voltarem a repetir o que acabou de dizer, sobre o pagamento

DRAFT

dos juros. Tanto que era verdade que os juros não podiam ser pagos, que foi necessário fazer uma alteração da lei na Assembleia da República, e aliás, a Assembleia da República é soberana, mas fez uma coisa muito pouco usual, que foi, fazer uma lei com efeitos retroativos, tanto que era necessária, que foi feita Senhor Deputado, e portanto não há aqui nenhuma recusa em pagar, havia de facto uma dificuldade legal, reconhecida por todos, de tal forma que foi preciso alterar a lei na Assembleia da República. -----

----- Depois eu sei, que temos, por forças das circunstâncias, que acompanhar de forma mais exaustiva, alguns daquilo que é a realidade da execução orçamental nacional, e eu diria, que era relevante que os Senhores Deputados perceberem que a média de execução global dos orçamentos dos municípios do ano de dois mil e dezassete foi setenta e seis ponto nove, e portanto, a technicalidade da execução orçamental, tendo em consideração as regras que estão criadas, leva a que, dificilmente um município consiga ter taxas de execução acima de um determinado nível. Ainda assim, nós temos vindo a crescer significativamente a nossa capacidade de executar aquilo que planeámos no início do ano. -----

----- De tal forma assim é, que em dois mil e dezassete a nossa execução global do orçamento foi setenta e seis ponto trinta e seis, e em dois mil e dezoito foram oitenta e quatro, e aí, também em abono da verdade, seguimos um bom exemplo de uma Câmara liderada pela direita, que é a Câmara de Cascais, que há algum tempo consegue ter taxas de execução mais altas, é certo que nós depois em muitas questões que os senhores reivindicam não dá para seguirmos o mesmo exemplo, porque não é tão bom, mas neste caso, nomeadamente em impostos, e nomeadamente em fixação de taxas, mas naquilo que é a execução, seguimos esse exemplo, e parece-me importante que o tenhamos seguido e estarmos a melhorar a nossa performance e contamos em dois mil e dezanove, ainda a termos uma fórmula ainda melhor. -----

----- Mas eu não gostava de terminar, porque foi levantada aqui uma questão, foi dito que, quer eu quer o Senhor Presidente, em dados momentos, quando descrevemos a situação atual da cidade, parece que é um mar de rosas e que está tudo bem, de facto há muita coisa para fazer, não está tudo bem, estamos a melhorar sistematicamente, mas também em abono da verdade, convém que os senhores não vejam uma realidade que os números não traduzem, alguns têm uma visão, digamos que distorcida, pela lógica da oposição que não os deixa ver por exemplo, que a taxa de desemprego na Área Metropolitana de Lisboa, continuou a descer, tendo recuado para sete ponto cinco, e era de nove ponto cinco em dois mil e dezassete, tendo sido duas das regiões da Europa, nós e o Algarve, tivemos a maior redução da taxa de desemprego. -----

----- Também em dois mil e dezoito, foram criadas sete mil duzentas e sessenta e quatro empresas, portanto aquela conversa da direita, que costuma dizer que nós não somos amigos das empresas, também não se verifica aqui, porque senão não cresciam sete mil duzentas e sessenta e quatro empresas, que é o valor mais elevado da última década, e que corresponde a um aumento líquido de três mil trezentas e sessenta e quatro, existem hoje na cidade cento e duas mil oitocentas e dezoito empresas, nunca como já se viu, existiu um número tão elevado. Nas mais de sete mil empresas

DRAFT

criadas, cerca de um terço, são empresas intensivas em conhecimento e de alta tecnologia, não estamos a falar de quaisquer empresas, a nossa estratégia sobre o empreendedorismo e sobre as questões ligadas à dinamização da economia, à nova economia, está a dar resultados. Dizem os senhores, há ali uma baixa execução nessa área, mas também convinha olhar, Senhora Deputada Aline, para que a baixa execução tem a ver com uma rúbrica que é o fundo do desenvolvimento turístico, em que a nossa parceria com o ATL, não foi tão rápida quanto aquilo que desejavam os números, e portanto, não nas outras rúbricas, mas na parceria com o ATL houve uma menor execução no que aquilo que estava previsto. -----

----- No turismo, o número de hóspedes continuou a crescer atingindo seis vírgula oito milhões, em dois mil e dezassete, com impactos positivos no emprego, direto e indireto, de noventa e três vírgula dois milhares de postos de trabalho, gerando uma riqueza direta e indireta de dez milhões de euros. O turismo representa vinte e seis pontos oito do PIB da cidade, e trinta e nove por cento do emprego, está tudo bem? Com certeza que não! Estamos numa fase em que cresceu o emprego, vamos lá melhorar também a qualidade desse mesmo emprego, e aí, o PCP sabe, e o Bloco de Esquerda, que estamos todos no mesmo barco, podemos ter visões ligeiramente diferentes sobre algumas coisas, mas sabemos que é esse o caminho e que temos que o traçar em conjunto. -----

----- Em dois estudos internacionais Lisboa é considerada a melhor cidade nacional, para viver, trabalhar e investir! Não é só o Ranking de hoje. E é a trigésima sétima cidade com melhor qualidade de vida no mundo à frente de Paris, Londres, Madrid e Roma, desde dois mil e dezasseis, Lisboa subiu seis lugares neste Ranking. Não somos nós que o dizemos, são os Rankings Internacionais, são as avaliações externas, que os Senhores muitas vezes tanto reivindicam, pois aqui está, a avaliação externa feita por outros. Em Junho de dois mil e dezoito, Lisboa conquistou pela primeira vez o prémio da melhor cidade destino da Europa nos *World Travel Awards*, vencendo mais tarde as categorias de melhor cidade destino, melhor destino para *City Break* a nível mundial, estando em dois mil e dezanove, novamente nomeada para cinco desses prémios. Ganhámos Capital verde dois mil e vinte, e vamos em conjunto com esta Assembleia e com todas as forças políticas fazer do ano de dois mil e vinte, o ano da mudança sobre esta matéria, ainda intensificando ainda mais aquilo que já nos levou a ganhar este mesmo título. -----

----- A inauguração de uma quantidade enorme de área verde na cidade, certamente teve a ver com esta vitória. Pessoas como José Sá Fernandes, que muito aqui foi criticado e é aqui nesta Assembleia, tem aqui um dos momentos mais altos, da política da cidade reconhecida por todos, não só por nós, ou pelos munícipes quando votam nesta força política. -----

----- Continuação da diminuição do consumo da água potável pelo município, e Juntas de Freguesia no ano de dois mil e dezoito, tornando a cidade mais sustentável. E, a pérola da nossa governação, aquilo que fazemos em conjunto com a esquerda como muito bem aqui foi dito pelo Senhor Presidente, o domínio da mobilidade prosseguiu-se numa política conducente a uma mobilidade coletiva, suave, partilhada,

DRAFT

hipocarbónica e tendencialmente elétrica, registando um aumento da oferta da CARRIS, com cento e catorze autocarros, aumentos de passageiros de dez por cento de metro, três vírgula nove na CARRIS, bem como a CP, a TRANSTEJO, todos os transportes públicos a crescer. A nível das receitas ocorreu um crescimento de sete vírgula seis na CARRIS, a nossa política sobre esta matéria da mobilidade contraria uma política que a direita quis implementar de desvalorização do transporte público e de alteração daquilo que era, uma política que não sendo corroborada por todos da mesma forma, era assente que havia algum investimento no transporte público e que os senhores quiseram destruir, e ir ao arripio de todo aquilo que foi toda a política na Europa relativamente ao transporte público.-----

----- Os senhores falam muito também, naquilo que é a política cultural, e naquilo que são algumas das situações que com as quais não concordam, pois em dois mil e dezoito, os espetáculos e os equipamentos da EGEAC e da Direção Municipal de Cultura, receberam quatro vírgula oito milhões de pessoas, os equipamentos foram visitados por quinhentas e quarenta e três mil jovens, é o serviço do cinema, da música, das artes performativas, mais de noventa concertos, e performances nas ruas, quarenta e oito exposições temporárias, mais de sessenta mil pessoas que participaram em dezanove arraiais e marchas populares, alguns dos melhores números de sempre. Tendo ainda existido vinte e uma sessões em língua gestual portuguesa e áudio descrição numa lógica de política cultural inclusiva.-----

-----Concretizámos o programa de qualificação dos bairros, nós estamos em concretização do programa de requalificação dos bairros municipais de Lisboa, “Aqui há mais Bairro”, que hoje se prevê obras em trinta bairros, um investimento total de cinquenta e dois milhões de euros até ao final de dois mil e dezoito, teve impactos na melhoria da qualidade de vida de mais de dez mil residentes. É falso que não continuemos a fazer um investimento redobrado, naquilo que é a nossa política de habitação. As melhorias da condição de atendimento, e aquilo que é a qualidade do atendimento, da área da habitação aos residentes em bairros municipais de Lisboa, nomeadamente através de obras de requalificação, dos seis e dos dez gabinetes de bairros GEBALIS, obras, que trouxeram mais qualidade, privacidade, melhores acessibilidades, melhor qualidade do ponto de vista energético e os locais de atendimento público, onde setenta e cinco por cento das famílias dos residentes foram atendidas pelo menos uma vez em dois mil e dezoito.- -----

----- Portanto, certamente não estará tudo bem, mas o que é evidente é que estes números não nos dão uma imagem negativa daquilo que tem sido uma evolução claramente positiva, portanto, retirem os óculos de oposição, mais ou menos destrutiva nalguns casos, para porem uns óculos da realidade da cidade, não está tudo bem, há muito para melhorar, contamos convosco para no próximo ano, que vai ser um ano de grande convergência à volta das questões verdes, para fazermos da cidade de Lisboa, ainda uma cidade melhor para se viver, para investir e para trabalhar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “ Muito obrigado Senhor Vice-presidente.-----
----- Encerramos assim o debate relativo à Proposta nº 262/CM/2019, e vamos passar às votações, não só à votação da Proposta nº 262/CM/2019, como também da recomendação apresentada pelo Partido Social Democrata, a Recomendação 067/04/PSD.-----
----- **Proposta n.º 262/CM/2019**, Votos Contra do PCP, CDS-PP, PEV, PPM, e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, Abstenções do PSD, PAN, MPT, Votos a Favor do PS, BE e 9 IND, a **Proposta nº262/CM/2019** foi **Aprovada por Maioria**.-----
----- **Recomendação nº067/04/PSD**, Votos Contra do PS, e 8 IND, Abstenções do CDS-PP, PCP, PAN, PEV, PPM e Votos a Favor do PSD, BE, MPT, 1 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, a **Recomendação nº 067/04/PSD** foi **Rejeitada**.-----
----- Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa.-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no final da contagem de votos, solicitou o microfone à mesa para esclarecer o seu sentido de voto, fazendo a seguinte intervenção:-----
-----“ Senhor Presidente, eu ainda contava expressar o meu sentido de voto, mas certamente por lapso foram referidos nove Deputados Municipais Independentes a votar contra, e eu voto a favor.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “ Fica feita a devida correção.-----
----- Aproveitando até para algo que nós temos vindo a conversar, que se os Senhores Deputados que exercem o mandato como independentes depois quiserem que fique individualmente registado o sentido de voto em todas as propostas, quer na ata em minuta, quer depois na ata, dada às vezes a dificuldade de fazermos isto aqui durante o Plenário, se puderem fazer chegar quer à Mesa, quer aos serviços esse sentido de voto, depois nós colocaremos quer na ata em minuta quer na ata, a expressão individual de cada um dos dez Deputados que exercem o mandato como Independentes, nas votações das propostas em cada sessão.-----
----- Vamos passar ao Ponto 4 da nossa ordem de trabalhos:-----
----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº263/CM/2019 (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR JOÃO PAULO SARAIVA) – 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2019, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; ---**
----- (A Proposta nº263/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante.)-----
----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante.)-----
----- “Dou a palavra ao Senhor Vice-presidente para apresentar a primeira Revisão Orçamental.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente parece-me, que a proposta se apresenta a si própria, já foi discutida na Comissão, portanto, eu diria que não preciso de acrescentar mais nada, a não ser que entendam o contrário.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, para já.-----

----- Não sei se a Primeira Comissão quer apresentar o Parecer, tenho aqui a indicação, prescinde. O Parecer que está disponível no Site foi elaborado pelo Deputado Municipal Hugo Lobo.-----

----- Temos inscrições? Muito bem, vamos passar aos oradores inscritos para o debate da primeira Revisão Orçamental.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa (IND).”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Vice-presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Eu gostaria só de saber em relação a esta Proposta, e considerando que há sempre acertos que se aproveita para fazer nos orçamentos em relação a diversas rúbricas. Mas eu gostaria de saber se, em vez desses acertos não seria mais pertinente reforçar o financiamento do programa renda acessível, e também da execução do futuro dos programas sociais de habitação, o primeiro direito.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Não temos mais oradores inscritos, e Senhor Vice-presidente penso que não há muito a acrescentar.-----

----- Vamos então passar à Votação da Proposta n.º 263/CM/2019.”-----

----- **Proposta n.º 263/CM/2019**, Votos Contra do CDS-PP, PPM, Abstenções do PSD, PCP, PAN, PEV e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, Votos a Favor do PS, BE, MPT e 9 IND, a **Proposta n.º 263/CM/2019** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos passar ao Ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos de hoje.-----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 067/01/PSD – “POGROM – 19 DE ABRIL DO ANO 1506”, (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD), AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTº 15º do REGIMENTO;**-----

DRAFT

----- RECOMENDAÇÃO 067/03/PS/6IND – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS E POR 6 DEPUTADOS MUNICIPAIS INDEPENDENTES. -----

----- (A Recomendação nº 067/01/PSD fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante.) -----

----- (A Recomendação nº 067/03/PS/6IND fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante.)-----

----- Vamos dar a palavra ao PSD, depois aos proponentes da outra recomendação e depois aos oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton (PSD).” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “O PSD traz hoje, a memória de um dos dias mais negros da história de Lisboa, não para o recalçamento gratuito, mas com a genuína vontade de pegar nesse dia de intolerância e violência atroz, momento que potencie convergência e o diálogo inter-religioso. -----

---- Queremos fazê-lo, porque compreendemos que há memórias que devemos manter para não as repetir. E porque entendemos que a principal justiça que podemos fazer à mesma memória dos que sofreram horrenda violência, mais do que um importante e já existente memorial físico, é que o erro que sofreram, servira para que as gerações futuras promovam o diálogo que venha a evitar nova atrocidade. Que esta memória negra nos ilumine para não repetir esses erros no futuro. -----

---- Prova da importância desta reflexão, reside no facto de hoje termos o PS e Deputados Independentes, a apresentar reflexão semelhante. Prova da importância desta memória, é que o PSD não quer tornar esta matéria em debate partidário, e por isso, queremos também subscrever esta proposta do PS, que entretanto surgiu. Registamos apenas uma diferença, a nossa vontade em imortalizar a experiência, a esperança dos que sofreram esta perseguição, na criação de um dia municipal da tolerância e diversidade religiosa. -----

---- Alguns dirão não fazer sentido, tendo em conta o facto de já existir um dia similar, um dia Internacional. Bom, também já existe, ou já existia um dia Internacional das medicinas naturais, e em dois mil e quinze aprovámos o dia municipal das medicinas naturais, duas datas, um tema.-----

---- Mas reforço, este é um momento para unir, para o respeito pelos que tombaram na nossa cidade sobre o manto de intolerância e crueldade, e que desse sofrimento possa nascer o respeito pelo futuro. -----

---- Muito obrigado.”-----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

DRAFT

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão (PS).” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãs e Cidadãos.-----

----- O Grupo Municipal do PSD apresentou uma recomendação sobre os massacres dos Judeus em Lisboa, em dezanove de abril de mil quinhentos e seis, que foi efetivamente um acontecimento trágico que não pode ser ignorado. Infelizmente os termos em que o fez, não permite que votemos a favor das recomendações que apresentou, e obrigou-nos a apresentar uma recomendação em alternativa. -----

----- A primeira perplexidade que experimentámos foi verificar que o autor da recomendação, aliás, não assinada, ignora tudo o que foi feito nos últimos anos para evocar de forma permanente as vítimas da matança da Páscoa de mil quinhentos e seis, através da inauguração do memorial às vítimas de intolerância, em dezanove abril de dois mil e oito, composto por três peças respetivamente a iniciativa da Comunidade Israelita de Lisboa, do Patriarcado de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa, e que representa simultaneamente uma homenagem a todas as outras vítimas da intolerância. Nenhum acontecimento lhes pode restituir a vida que lhes foi roubada, lhes pode dar o que fariam ou teriam no dia seguinte, mas apesar disso faz todo o sentido recordar com respeito, todas as vítimas da intolerância para exprimirmos um compromisso coletivo com a construção de uma cidade tolerante, amiga dos direitos de todos os seres humanos. -----

----- Falar do massacre e ignorar as moções aprovadas em dois mil e oito, na Câmara Municipal por iniciativa do PS, dos Deputados Independentes dos Cidadãos por Lisboa e pelo BE, que aprovou a instalação de um memorial, bem como a moção é tão aprovada nesta Assembleia, não é uma forma adequada de abordar esta questão. -----

----- O que faz falta, e é urgente, é reparar o memorial da iniciativa da Câmara em que se proclama Lisboa cidade da tolerância, e que tem sido vítima de danos provocados por incivildades de várias origens, bem como a limpeza das restantes esculturas, também disto estão carecidas.-----

----- A cerimónia realizada aquando a inauguração e as palavras então proferidas por todos os intervenientes não podem, nem devem ser esquecidas, foi honrar o momento memória, verdade e reconciliação. As recomendações do PSD são o oposto de uma forma adequada de perpetuar e tornar vivo este memorial. Um dia da tolerância poderá vir a ser instituído, mas não de forma avulsa. Temos de definir regras claras para aprovação de dias municipais, como há regras para atribuir nomes às ruas sob pena de total arbitrariedade. Não se carece da criação de mais nenhuma comissão inter-religiosa municipal com os representantes dos principais Ordens Religiosas creditadas em Portugal, o que aliás, restringiu o órgão a uma só Igreja, a Católica, dizer Ordens Religiosas, não é o mesmo por exemplo, que dizer confissões religiosas.-

DRAFT

----- Depois, também nada deve ser enviado ao que designam como Comunidade Judaica de Lisboa, porque não se chama assim, querem provavelmente dizer, a Comunidade Israelita de Lisboa. -----

----- Por tudo isto, sentimos a necessidade de apresentar uma recomendação alternativa, e votaremos contra a apresentada pelo PSD. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa (IND).” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício.-----

----- Eu gostaria, em primeiro lugar de me associar à proposta de recomendação do Partido Socialista e de alguns Deputados Municipais que exercem o seu Mandato como Independentes, e gostaria de acrescentar duas coisas a este debate: -----

----- A primeira é um facto histórico, Lisboa perdeu a sua autonomia municipal por decisão do Rei Manuel I, à data, em função destes acontecimentos de tal forma foram considerados gravosos.-----

----- A segunda nota que gostaria de dar é que, num momento em que tantos nos convocam a fazer julgamentos na praça pública, aliviar regras do processo penal, em que nos convocam para uma concessão de justiça, como mera vingança, é muito importante, mas muito importante que este documento aqui seja aprovado, e que sobretudo que não seja apenas um elemento de memória, mas que seja também um documento de análise precioso para os dias que correm, tão perigosos que eles são. ----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto Franco (IND).” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, colegas Deputados.-----

----- O essencial do que tínhamos para dizer já foi adiantado pelo nosso companheiro Deputado José Leitão, ao justificar a recomendação apresentada pelo Partido Socialista e pelos Deputados Municipais Independentes pelo Movimento de Cidadãos por Lisboa. -----

----- Efetivamente, achamos que esta Recomendação 67/03 contém, a explicitação, não só historicamente correta, cuidadosa sobre os acontecimentos da tragédia de

DRAFT

dezanove de abril de mil quinhentos e seis, mas também, situa e esclarece como é foram as reações da comunidade portuguesa, começando até pela própria monarquia, que não é propriamente um exemplo de tolerância desse tempo, mas que efetivamente na pessoa do Rei da altura houve, como o Deputado Rui Costa descreveu, uma reação positiva contra os comportamentos completamente sanguinários que ocorreram em Lisboa.-----

----- Por outro lado, a recomendação que nós igualmente subscrevemos, coloca de uma forma que-consideramos adequada, questão da memória que deve ser tratada de uma forma correta, não faz sentido estarmos como o PSD propunha, a instituir novos dias municipais de tolerância de diversidade religiosa, quando efetivamente existe já um dia Internacional consagrado à diversidade cultural aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, além, que seria uma péssima ideia, consagrar o dia dezanove de abril manchado como ele está, para este efeito. -----

----- Relativamente à criação de uma eventual comissão inter-religiosa, temos já o Concelho Municipal da Interculturalidade e da Cidadania que pode e deve ser utilizado para esta função, tanto mais, que neles estão representadas as confissões religiosas que existem em Portugal. É um sinal muito estranho esta referência a Ordens Religiosas creditadas em Portugal, realmente quem escreveu isto estava efetivamente muito distraído. -----

----- Finalmente, as duas comunidades Sefardita e Ashkenazi que integram a Comunidade Israelita em Portugal são a elas que nos devemos dirigir. -----

----- E portanto, em conclusão aceitamos e congratulamos com a adesão do PSD à Recomendação nº 067/03, e convidamos o PSD a retirar a sua anterior recomendação de facto pelas razões de infelicidade que apontámos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz (BE).” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigado Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----

----- O tema da recomendação é obviamente da maior importância, no entanto a recomendação do PSD parece-nos inadequada. É um tema obviamente atual e relevante e a preocupação levantada relativamente à diversidade religiosa e cultural no nosso País, mas também na cidade de Lisboa.-----

----- Foi por isso mesmo e para não deixar morrer a memória do dia de dezanove de abril de mil quinhentos e seis, onde milhares de pessoas foram mortas que a Câmara Municipal de Lisboa, em abril de dois mil e oito, inaugurou um memorial invocativo do massacre judaico no Largo de São Domingos. -----

DRAFT

----- Esta decisão surge no seguimento desde dois mil e seis, de vários atos de memória por parte da comunidade judaica em Lisboa. Foi uma forma importante de fazer daquele dia e a sua memória uma parte da cidade e da nossa história, foi importante também para centralizar o Largo de São Domingos como um local de encontro entre várias religiões e culturas, como aliás, ainda hoje acaba por ser.-----

----Sabemos que, demasiadas vezes o património sofre de falta de cuidado e manutenção e, alguns monumentos acabam por perder significado porque não há informação sobre o seu objetivo, ou a que há, chega a pouca gente.-----

----- Desse ponto de vista, concordamos que deve ser dada importância a este facto histórico e ao monumento já existente lhe faz alusão como indica a recomendação subscrita pelo Partido Socialista e seis Deputados Independentes que acompanhamos. -

----- Importa também referir que a ONU instituiu em dois mil e onze a semana mundial da harmonia inter-religiosa, nesse seguimento a Câmara Municipal de Lisboa assinalou nesse mesmo ano essa data, com várias iniciativas, roteiros, ações de sensibilização em escolas, seminários dedicados ao tema das religiões e de promoção do diálogo inter-religioso. -----

----- Também de referir que o Concelho Municipal para Interculturalidade e Cidadania já tem no seu seio, representantes das várias religiões presentes em Lisboa, incluindo a comunidade judaica em Lisboa. Portanto, o fórum de debate e de atividades conjuntas por excelência já existe, e tem feito como já referi atividades profícuas, por isso não consideramos que exista vantagem em duplicar esse trabalho, tal como referido no ponto dois da proposta do PSD, que não acompanhamos.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink (PPM).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos novamente.-----

----- Eu ia a votar a favor e dar aos parabéns à recomendação do PS, mas depois do comentário que demonstra ignorância e, obviamente preconceito do Senhor Deputado José Franco, já não votarei a favor. -----

----- Bom, relativamente à recomendação do PSD, estava tudo muito bem, e realmente achei que era uma excecional medida, até um determinado momento. Senhor Deputado Luís Newton, nem com propostas do PCP, nem com propostas do Bloco Esquerda, eu tive uma síncope, e tive com a vossa, quando num determinado momento diz o seguinte: “...*esta é uma das páginas mais vergonhosas e esquecidas da cultura da cidade*”, concordo mas não muito, essa da esquecida, *sendo que nem nos livros de história surge contada....*” Eu ia morrendo, olhe que eu tenho uma saúde frágil, como já deu para se perceber. Mas, nos livros de história nunca foi

DRAFT

contada! Senhor Deputado só se for nos livros da sua casa. Eu posso lhe dar uma lista de mais de trezentas obras bibliográficas, que falam sobre o assunto, já sem falar que na época, e ainda bem que o PS fez a referência do que disse e do que fez Dom Manuel I, mas até à própria época, foi falado este assunto, estão nos anais da história, nas crónicas. Ouça, Damião de Gois, Garcia de Resende, Yussef Hakuen, em português, é que nem precisa de ler em inglês, ou em alemão, ou em hebraico, também o meu hebraico clássico já não é o que era, só sei dizer *shalom moren e pó*, mas quer dizer não é preciso. Já nem digo para ler nas grandes Enciclopédias sobre a história da inquisição, etc...etc..., bastar-lhe-ia ler num livrinho que custa quatro euros e noventa e nove cêntimos, que foi editado em dois mil e oito, reeditado em dois mil e doze, por investigadores, da Cátedra Alberto Benveniste da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, uma Cátedra Sefardita. Uma obra que aliás, saiu exatamente para assinalar os quinhentos anos do massacre, e que se chama só, o título é: “O Massacre de mil quinhentos e seis”, mesmo que se não houvesse trezentas obras bibliográficas, só esse livro era suficiente, aliás, escrito por Susana Bastos Mateus, uma conhecida investigadora na área Sefardita, e também Paula Mendes Pinto, que de certeza deve conhecer porque é professora na Lusófona. E portanto, bibliografia não lhe falta.-----

----E sinceramente, eu não poderei votar a favor de uma proposta que diz uma coisa dessas, como formada em história, professora de história, e tendo colegas que investigam nesta área e fazem uma investigação muito séria, dizer que não consta nos livros de história é revoltante. E na própria época, em mil quinhentos e trinta e seis, há um quadro num Museu da sua vizinhança, o Museu Nacional da Arte Antiga, tem um quadro que é o martírio de São Sebastião, pintado por Gregório Lopes, pintor régio, e é um quadro excepcional, porque apesar do motivo principal ser o Dom Sebastião e o seu martírio, ninguém está a olhar para o santo, incluindo os próprios guardas que supostamente iriam tirar, porquê? Porque do lado esquerdo, está um guarda a apontar não para o santo, mas para algo que está na parte de trás, e é o quê? É a primeira representação de um auto de fé em Portugal, e o quadro é de mil quinhentos e trinta e seis, exatamente a data da introdução da inquisição por Dom João III, que por acaso é o retrato fiel nesse guarda. E portanto, até um próprio pintor faz referência a esta questão.-----

---- E portanto, como tal, eu não vou poder a favor.-----
---- Tenho dito.”-----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

---- Antes de passarmos ao orador seguinte, tenho a indicação da Senhora Primeira Secretária de que o Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco para interpelar a Mesa. -----

---- Microfone ao Senhor Deputado José Alberto Franco.” -----

---- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra, interpolou a mesa: -----

DRAFT

----- “ Muito obrigado. -----
----- Era só num sentido de situar e esclarecer que a alusão que eu fiz à Monarquia Portuguesa, não visava evidentemente os nossos colegas do PPM, eu referi que até a Monarquia Portuguesa teve que se distanciar da matança, da chacina que ocorreu em Lisboa, e só reforça as energias positivas que existem no povo português independentemente do regime político vigente em cada época. -----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado. -----
----- Não sei se a Senhora Deputada Aline Beuvink quer responder. -----
----- Não! Prescinda.-----
----- Vamos então retomar à lista dos oradores inscritos. -----
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton (PSD).” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, eu em primeiro lugar quero destacar que independentemente daquilo que são as reações mais calorosas ou menos calorosas como ainda há bocado se referiu o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, o importante de facto, é termos a oportunidade nesta casa, para fazer esta discussão, discussão essa, que de facto, como forma de como já aqui foi dito, remonta a dois mil e oito. E a preocupação que aqui nos assistiu sempre, é de facto, a convicção de que, e aqui divergimos naturalmente, é nos momentos que consideramos os piores momentos da nossa história, que devemos retirar as lições e a força, marcando-os para aquilo que eles devem ser de positivo para o futuro. Portanto esta foi, digamos, é sobretudo o mote, é a razão pela qual entendemos que há um dia municipal a celebrar, e que Lisboa tem motivos para o celebrar neste dia em particular, e porque devemos transformar este momento extremamente negativo da nossa história, naquilo que deve ser um momento de força para o futuro e que marca de facto aquilo que nos define enquanto civilização e não aquilo que nos retrai cultural ou religiosamente. -----
----- Por isso, a nossa perspetiva, é sempre e foi sempre, a de poder lançar, fomentar esse debate, recuperar esse momento, tive oportunidade na minha intervenção de fazer referência ao monumento que já existe, a nossa não referência a ele não é, obviamente não seria nunca para não o identificar nem o desclassificar, pelo contrário. É dizermos que temos necessariamente construir sobre isso, e temos que dar mais um passo, e por isso foi essa a proposta que fizemos.-----
----- Acompanhamos no entanto, a reflexão que aqui já foi promovida no âmbito daquilo que consideramos ser o essencial, da parte relacionada com a ideia da congregação de esforços, e a partir do momento em que se diz que a comissão atual já tem capacidade e competência para desenvolver este trabalho, nós não necessitamos então de ver criada uma nova, e por isso nós retiramos o ponto dois da nossa proposta,

DRAFT

revemo-nos exatamente naquilo que foi ainda agora dito, que é, já existindo uma que não tendo especificamente esta matéria, mas que a pode abraçar, então nós acolhemos essa ideia, e damos o nosso voto de confiança aqui se possa vir a acontecer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais inscrições, vamos passar às votações, com a retirada deste ponto, enunciado pelo Deputado Luís Newton da recomendação nº 067/01/PSD. -----

----- **Recomendação Nº 067/01/PSD**, Votos Contra do PS, PCP, BE, PEV, e 8 IND, Abstenções do CDS-PP, PAN, PPM, 1 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, Votos a Favor do PSD, MPT a **Recomendação Nº067/01/PSD** foi **Rejeitada**.-----

----- Muito bem a Recomendação a Recomendação nº067/01/PSD, foi rejeitada. -----

----- Vamos agora proceder à votação da Recomendação Nº063/03/ PS, apresentada pelo Partido Socialista e por 6 Deputados que exercem o Mandato como Independentes.-----

----- **Recomendação Nº 067/03/PS/6 IND**, não há Votos Contra, Abstenções do PAN, PPM, Votos a Favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, 9 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, a **Recomendação Nº067/03/PS/6 IND** foi **Aprovada por Maioria**.-----

----- O CDS-PP quer exercer o seu direito de fazer uma declaração de voto oral. Microfone À bancada do CDS. Senhora Deputada Margarida Penedo em nome da bancada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PPIND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Nós só queremos dizer em relação à recomendação do PSD, que nós concordamos com o princípio, não temos qualquer dúvida em relação a isso, votámos abstenção porque temos algumas dúvidas quanto à criação de mais um grupo de trabalho, e achamos que possivelmente ele não é necessário.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Bem, está feita a Declaração de Voto. Mas de facto esse ponto foi anunciado pelo Senhor Deputado e eu próprio também recordei que tinha sido retirado. -----

----- Eu não percebi exatamente, mas aquilo que já foi votado, vamos avançar e aquilo que eu convido a bancada do CDS-PP, é que talvez seja melhor depois, clarificar e densificar a posição com uma declaração de voto por escrito, que fica melhor. -----

----- O PAN está a dizer que se enganou numa votação, aquilo que nós fazemos habitualmente Senhora Deputada é enviar para os serviços, a correção da votação, expressando esse engano, qual é o correto sentido de voto, e ele, tal como ainda a semana passada, penso salvo erro foi o CDS-PP, mas que

DRAFT

acontece muitas vezes com diferentes forças políticas, ficará registado o sentido de voto correto, que o PAN queria expressar. -----

---- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na votação acima referenciada por não terem percebido que o ponto 2 tinha sido retirado pelos proponentes. -----

----- Assim, solicitamos que a votação seja corrigida para voto a favor.”-----

---- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----O Grupo Municipal do PAN da Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 51º, nº1, alínea g) do Regimento da AML, fazer constar da Acta da 67.ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, de 7 de maio de 2019 – Sessão Ordinária, 4.ª Reunião - - a sua Declaração de Voto Rectificativa sob a forma escrita, referente à Recomendação n.º 067/03 (PS/6 IND) – “Lisboa cidade da tolerância”, apresentada e votada no 5º ponto do Período da Ordem do Dia.-----

----- Por lapso o Grupo Municipal do PAN absteve-se na votação da Recomendação n.º 067/03 (PS/6 IND) – “Lisboa cidade da tolerância”, quando a sua intenção era **votar favoravelmente a proposta**.-----

-----Tal circunstância deveu-se ao facto de ter sido solicitada a separação de pontos da proposta anterior - Recomendação 067/01 (PSD) - “POGROM – 19 de abril do ano 1506”, e do ruído que se fazia sentir na sala, tendo o GM sido induzido em erro ao pensar que estaria ainda em votação o ponto 3 da Recomendação n.º 067/01 (PSD) e não a Recomendação n.º 067/03 (PS/6IND).-----

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN vem pela presente Declaração de Voto Rectificativa solicitar à Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa que se digne a admitir a presente rectificação de voto e, conseqüentemente, a considerar como sentido de voto a favor a sua votação da Recomendação n.º 067/03 (PS/6 IND) – “Lisboa cidade da tolerância”, apresentada e votada no 5º ponto do Período da Ordem do Dia.-----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DO VOTO Nº 067/01/PCP – RETIFICADO - “VOTO DE SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES E AO 1º DE MAIO, (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP), AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTº 15º DO REGIMENTO;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Podemos passar ao último ponto da nossa ordem de trabalhos.-----

----- Vamos dar a palavra ao Partido Comunista Português, para apresentar este voto. --

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro (PCP).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deputada Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caro Público. -----

DRAFT

----- Na passada quarta-feira, celebrou-se o Dia Internacional do Trabalhador, quarenta e cinco anos depois do 1º de Maio em liberdade, os trabalhadores saíram à rua numa jornada de afirmação e luta, pela sua valorização, e pelo avanço nos seus direitos. -----

----- O voto proposto pelo PCP, aqui na Assembleia Municipal, pretende exatamente saudar os trabalhadores, a sua participação e as suas reivindicações, e a nossa solidariedade para com as lutas dos trabalhadores, materializa-se na defesa de melhores salários, aqui sobre a fixação do salário mínimo nacional, solicitamos ao Senhor Presidente, a alteração no voto de saudação no ponto três, relativamente ao salário mínimo nacional, a alteração de seiscentos e cinquenta, para oitocentos e cinquenta euros. -----

----- Esta alteração deve-se naturalmente à proposta apresentada pela CGTP-IN e no próprio dia um de maio, de fixação a curto prazo deste valor de oitocentos e cinquenta euros, secundada também naturalmente pelo PCP. -----

----- Do nosso ponto de vista esta é uma medida essencial para o desenvolvimento, a melhoria das condições de vida, o combate à pobreza, o aumento futuro das pensões de reforma, o estímulo à atividade económica e o estímulo à produção nacional. -----

----- Mas propomos que, a Assembleia Municipal delibere manifestar também solidariedade com as exigências da erradicação da precariedade, de haver a jornada semanal das trinta e cinco horas para todos, e o direito à negociação e à contratação coletiva, também com o aumento geral das pensões, entre outras questões extraordinariamente importantes para todos os trabalhadores. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão (PS).” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs- -----

----- Tomando como referência o 1º de Maio, o Grupo Municipal do PCP apresenta um voto em que se centra num ataque injustificado ao Governo do PS, por isso, será por nós rejeitado. -----

----- A ideia central é esta: *“não é possível negar que o atual governo com o apoio claro e expresso do PSD e CDS-PP, tem insistido na sua opção por uma política laboral de direita do lado do patronato. As consequências para os trabalhadores portugueses em geral e por maioria da razão, para os que trabalham em Lisboa, estão bem à vista”*. -----

----- Segue-se um elencar de tenebrosas situações que são imputados ao governo, ignoram todos os avanços sociais verificados. -----

DRAFT

----- A referência ao 1º de Maio é o contexto escolhido para atacar ao que designam por política laboral de direita do governo do lado do patronato. Ignoram intencionalmente, e passo a citar: *“o inegável contributo que os avanços verificados no percurso a reposição e calculista de direitos e rendimentos deram não só no plano social com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo, mas também no plano económico o impulso que dele resultou em termos de crescimento, redução do desemprego e criação de emprego”*, como refere o comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português, a oito de abril de dois mil e dezanove. -----

----- Ora sobre emprego, o que surge no voto é: *“degradação da qualidade do emprego com o alastramento da precariedade e com o desempreg real que é muito superior ao que oficialmente reconhecido”*. -----

----- No mesmo documento que o Comité Central refere-se, e a meu entender bem! O que foram repostos vários direitos roubados como: *“salários, feriados, direito ao transporte ferroviário e complementos de reforma aos trabalhadores do sector empresarial do Estado. O salário mínimo nacional foi aumentado ainda que limitados e aquém do necessário e possível, repuseram-se os instrumentos da contratação coletiva no sector público e empresarial, eliminaram-se as restrições à contratação dos trabalhadores na administração local, reverteram-se as privatizações da Carris do Metropolitano de Lisboa, dos STCP, ainda que parcialmente na TAP, pôs-se fim aos cortes nas pensões e promoveu-se o seu aumento, valorizou-se o abono de família, alargou-se o abono pré-natal e o apoio às pessoas com deficiência, ampliou-se a proteção aos desempregados com a criação do apoio aos desempregados de longa duração e eliminação do corte do subsídio de desemprego, foi reposto o direito ao pagamento por inteiro de subsídio de natal, valorizaram-se as longas carreiras contributivas e melhoraram-se as condições de reforma dos trabalhadores das minas e das pedreiras. Na Administração Pública, foram repostas trinta e cinco horas, o direito à progressão das carreiras e tomadas medidas de combate à precariedade.”* Podíamos continuar!-----

----- Nada disto tem eco no voto que o PCP nos apresenta, e vale a pena cotejar estas afirmações com as que constam do texto do referido voto. Lamentamos que assim seja! Temos aprovado muitos votos e muitas moções apresentadas pelo PCP, com satisfação e sem hesitações. Este voto é profundamente injusto para a atuação do governo do Partido Socialista, ignora o seu empenho em melhorar de forma sustentável a situação dos trabalhadores, com o contributo do PCP, do Partido Ecologista os Verdes e do Bloco de Esquerda, E por isso será por nós rejeitado.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton (PSD).” -----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Raros são os momentos em que nós, na Assembleia Municipal somos confrontados com um documento, que só pode ter sido redigido num qualquer Universo paralelo àquele nós vivemos. Eu vou só ler esta passagem, porque não sei....

----- Diz o documento do PCP “*não é possível negar, que o atual governo, com o apoio claro e expresso do PSD e do CDS, tem insistido na sua opção por uma política laboral de direita do lado do patronato...*” Senhores Deputados, o PSD e o CDS é que suportam o Governo? Mas os senhores vivem num Universo Paralelo! O PSD e o CDS pactua e suporta o governo? São vocês, é a geringonça, eu já vos vou dizer qual é o vosso problema. A vossa crise de identidade, que aqui é manifesta, tem de facto uma origem, e está-se a alastrar, está-se a tornar uma doença, os Senhores já não se lembram do que fizeram em dois mil e dezasseis. São os Senhores e o Bloco de Esquerda que sustentam o Governo e as suas políticas de direita, que ao centro de direita dá vontade de rir. -----

----- Agora eu sei qual é o vosso desespero. Este de facto é o 1º de Maio, que marca uma grande diferença, sobre todos os outros 1ºs de Maio. O que a realidade nos tem demonstrado, nas últimas semanas, é que as greves que têm existido, têm existido por inoperância da CGTP e do Partido Comunista Português. E a nova realidade que nós hoje assistimos, é que os trabalhadores não se reveem nos acordos com o Governo suportado pela direita, que tem feito a CGTP, e o PCP, porque são vocês que suportam este Governo. E aquilo que nós temos vindo a assistir, são movimentos de trabalhadores extremamente bem organizados que têm surpreendido a CGTP, por eficácias nas greves, e que muitas vezes levam a CGTP atrás até para não ficar mal visto, pela primeira vez não é a CGTP que está a regimentar isto. -----

----- Por isso deixem-me que vos diga, só pelo facto dos Senhores terem escrito uma frase, que é de uma realidade universal qualquer que não aquela onde nós vivemos hoje, não mereceria o nosso apoio. Mas também quero ser muito franco, perderam logo ao final de quatro linhas do primeiro parágrafo. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires (BE).” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. -----

----- Nós já tivemos há algumas semanas oportunidade de apresentar vários dos Grupos Municipais, documentos relativamente ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, mas

DRAFT

naturalmente acompanhamos este voto de saudação aos trabalhadores e ao 1º de Maio e seria obviamente algo inédito um voto de saudação ao 1º de Maio não ser aprovado, regra geral são sempre aprovados. Mas, importa referir que as melhorais conseguidas e aquilo que tem existido, que foi referido pelo Senhor Deputado José Leitão, ele aconteceu por força de acordos parlamentares à esquerda, as melhorias e o elencar que fez aqui referido, elas existem são um facto! Mas, nenhuma delas estava no programa eleitoral do Partido Socialista, e portanto, elas existem, porque existiram acordos à sua esquerda. -----

---- Mas, há outro facto também que aqui, e acho que não devemos ter assombro nenhum a discutir estas matérias, mas há aqui outro facto que se esqueceu de referir. É que hoje mesmo começaram votações na especialidade, das alterações ao Código do Trabalho, e, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista e pelo Governo foram propostas acordadas com o patronato em concertação social, e isso, também é um facto. E portanto, não me parece que deva aqui existir um grande assombro relativamente à análise que se faz relativamente às matérias do trabalho, que como toda a gente sabe, tem tido várias divergências entre o Bloco Esquerda, PCP e do outro lado Partido Socialista. Mas, de qualquer forma não há aqui grandes problemas nem nunca houve, há debate político, há de facto uma preocupação sempre com aquilo que são luta dos trabalhadores, a necessidade de ir mais longe relativamente ao Código do Trabalho, que tem sido sucessivamente e por sucessivos governos retalhado e que têm prejudicado gravemente os trabalhadores e as trabalhadoras, tanto no sector público como no sector privado. E aí sim, não tem existido mais avanços também por Partido Socialista faz os seus acordos na concertação social com o patronato e não com os trabalhadores, e portanto, nessa matéria acho que não deve haver aqui grandes indignações porque factos são factos efetivamente, e esse é, um facto que se mantém infelizmente ao longo dos últimos anos, e portanto, dizer que acompanharemos obviamente o voto de saudação do Partido Comunista.”-----

---- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

---- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Real (PAN).” -----

---- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---- “Uma vez mais muito boa tarde. -----

---- Em relação ao voto de saudação aos trabalhadores e ao 1º de Maio, obviamente que à partida o PAN estaria de acordo com aquilo que é o desiderato de uma iniciativa desta natureza. Agora parece-me que aquilo que está aqui em cima, pelo menos nos considerandos, é no mínimo desonesto do ponto de vista político e intelectual, porque parece-nos desde logo que temos aqui dois PCPs, portanto, temos o PCP da Assembleia Municipal, temos o PCP do Parlamento, e ora estão num registo, ora estão noutra. -----

---- De facto, aquilo que se acaba por verificar e obviamente com a fundamentação concordamos, todos nós saudamos os trabalhadores e o esforço que tem sido feito, esta é uma matéria, esta e outras que têm sido nesta semana também faladas como a

DRAFT

questão dos professores, são matérias estruturais da nossa cidade, que merecem um debate sério, um debate de facto mais profundo, que não se cole, aqui, a uma iniciativa populista que de alguma forma vem querer fazer política à conta daquilo de poderia ser um voto sério, de saudação de reconhecimento do esforço que os portugueses e as portuguesas têm feito. -----

----- Tendo em conta aquilo que é a parte deliberativa, iremos acompanhar favoravelmente, mas não podemos deixar aqui de manifestar este nosso espanto pelo PCP que tem feito um trabalho e reconhecemos ao longo de vários anos em prol dos trabalhadores, mas que se perde aqui, de facto com estes considerandos que eram completamente desnecessários. Não podemos deixar de o dizer, e de facto, parece-me que a única força política que tem apoiado este governo é o PCP e o Bloco, e não o PSD e nem o CDS, ainda que de vez em quando o façam, e portanto, fica a crítica à esquerda e à direita, obviamente em relação os trabalhadores, cá estaremos para lutar pelos seus direitos.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP).” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Presidente da Mesa em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu confesso-vos e aproveito para iniciar com uma declaração de vontade, que eu não estava previsto falar sobre este ponto. Mas eu acredito que o “*winter is coming*” e o PCP se tenha dedicado a ver o “*Games of Thrones*” designadamente o Deus das múltiplas faces, qual “*Arya Stark*”! Porque há o PCP no parlamento nacional e depois muda rapidamente a sua identificação biométrica, e apresenta-se aqui, a criticar exatamente as medidas que aprova na Assembleia da República. Eu pergunto, eu não sei se o Bloco de Esquerda serviu o menu de degustação de drogas leves ao Partido Comunista Português para dissuadir, qualquer possibilidade de voto contra em sede parlamentar, mas peço imensa desculpa, é que o PCP, tem viabilizado todos os orçamentos que agora vem criticar as políticas públicas, que são tomadas contra a classe dos trabalhadores, os operários e efetivamente isto redundando numa imensa demagogia que nós não compreendemos, a menos que subscrevam as declarações do vosso “satélite” sindical, Arménio Carlos, que vem dizer que muitas vezes o voto é usado contra os trabalhadores, quase que subentendendo que o voto é uma coisa legal, e que muitas vezes tem que ser suspenso, caso não vá de encontro à macrocefalia comunista, que quer controlar o trabalho em Portugal.- -----

----- Ora nós estamos bem recordados do que é que o PCP fez nos tempos do PREC, nós estamos bem lembrados do episódio da Torre Bela, onde a machada não era minha, não era vossa era da cooperativa, tinha que ser de todos, contra a natureza

DRAFT

humana, a propriedade privada, a utilização da indústria em prol dos patrões mas também dos empregados e dos trabalhadores. Porque meus amigos, já era tempo de no século XXI vos mostrar que a experiência de Cuba, da Venezuela, foi um fiasco que deixou o povo à míngua, na pobreza, países que são ricos, e que são incapazes de distribuir a riqueza, porque ao contrário dos sistemas nacionalistas e comunistas que vocês defendem, o capitalismo não pretende distribuir a riqueza, cria-a e permite que ela passe de mão em mão, consoante o esforço, o mérito dos trabalhadores, e rejeita premissas que o comunismo ainda hoje é, incapaz de abandonar e eu digo-vos quais são! -----

----- É que é impossível termos uma boa política laboral, que coloque trabalhadores contra empregadores, capital contra o trabalho, o trabalho contra o capital, e que veja, os direitos dos trabalhadores desligados, também dos deveres da produtividade e da fugibilidade específica de cada prestação profissional.-----

----- Eu gostava também de dizer, que neste dia, temos que apelar a todos os trabalhadores, e permitam-me dizer-vos, os trabalhadores não são só aqueles que trabalham no setor público, há trabalhadores no setor privado, apercebam-se disso, meus amigos, deixem de colocar a sociedade civil contra a sociedade do estado, nós não somos todos inimigos. -----

----- E deixem-me também dizer-vos o seguinte... -----

----- É bom que importune esta minha intervenção, recordo-vos apenas, que um bom democrata deixa ouvir os outros. Um bom democrata escuta, e depois usa os deveres e as prerrogativas democráticas para se rebater a sua ideia, não tenta silenciar nem falar por cima, Senhora Deputada, está no Parlamento, vote contra os orçamentos do estado não venha cá fazer todos de parvos, nem de ignorantes. -----

----- Outra coisa muito importante, esta ideia desta elevada carga fiscal, que nós achamos que utilizamos contra as empresas, e que assim estamos a ajudar os trabalhadores, esquecemo-nos que as empresas conseguem repercutir o aumento dos impostos e a subida dos preços precisamente nos consumidores, e que acabamos todos nós por pagar ao final do mês. -----

----- E dizer outra coisa meus amigos e minhas amigas, nós em Portugal trabalhamos cento e sessenta e três dias por ano para pagar os nossos impostos, são sensivelmente seis meses, o dia da libertação fiscal acontece no dia doze de junho, isto deveria merecer também a vossa preocupação. -----

----- Dizer, que para nós democratas cristãos, o trabalho está para o homem, não é o homem que está para o trabalho, as pessoas trabalham para viver, não vivem para trabalhar, e sabemos que ocupação como atividade profissional deve obedecer a três requisitos que para nós inalienáveis; é a conquista da propriedade privada para dispor dos seus bens e poder prover a sua liberdade para fazer as suas escolhas e não depender nem do Estado, nem de nenhuma organização governamental. Porque o homem para nós é o primeiro fundamento do valor de trabalho. E também dizemos, não temos prurido, nem vos deixamos a falar sozinhos, o capitalismo deve humanizar-se, o estado deve ser forte nas funções que lhe são essencialmente adstritas, ter o papel regulador e não permitir que o limiar ético da dignidade da pessoa, seja ultrapassado,

DRAFT

as vossas experiências deixaram bem a nu, a violação dos direitos humanos, e a miséria em estado puro em países que são riquíssimos. E nós podemos mostrar os países onde a economia social de mercado em que acreditamos, consegue traduzir-se em países desenvolvidos, modernos, onde a iniciativa privada não seja supletiva do investimento público. Querem falar de investimento público, é o mais baixo de sempre da nossa história democrática.-----

----- Portanto, concluindo meu amigo, concluindo meu bom amigo. O homem não é uma força anónima no processo de trabalho, nem uma mera engrenagem nessa chave complexo que ele próprio consegue representar. Portanto sim, justa renumeração do trabalho, conciliação da vida profissional com a vida familiar. E dizer, que patrões e trabalhadores não são inimigos, porque um bom trabalhador e um bom empregador sabe-o que devem viver em comunhão, que uma boa empresa precisa de ambas estas duas dimensões, e compreende ainda outro fator necessário, que é, esse ódio, que o PCP gosta de disseminar à nossa sociedade, tem servido para destruir a iniciativa privada e fazer valer os vossos interesses na máquina do estado, retirando liberdade e rendimentos às pessoas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A bancada do Partido Comunista Português pede a palavra para um protesto.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, em sinal de protesto:-----

----- “É um protesto, com toda a calma, referindo que ainda há dias, o Senhor Advogado Júlio Castro Caldas, na televisão, contava como é que foram organizados os antigos comandos em setenta e quatro, e setenta e cinco, para atacarem as sedes do PCP, dos sindicatos do movimento democráticos português, os mortos que fizeram, passavam as anotações, os papéis, os comandos que tinham estado em África, foram contactados e quando falavam de quem é que os contactava, quem estava por trás do contacto, que era Ramalho Eanes, eles aderiam rapidamente ao bombismo, que veio a acontecer à destruição, à selvajaria, à violência que realmente marcou os anos setenta e quatro e setenta e cinco e ainda setenta e seis, na resolução de um problema, que era o problema do 25 de Abril, e digamos das dinâmicas que vinham sendo prosseguidas. Ver uma pessoa que se calhar nesse tempo, não sabia ainda quem era, ou pouco saberia da vida, falar desta forma, só nos pode inquietar, porque de facto, pior são os fascistas de aviário, aqueles que hoje, lançam esta violência verbal, e estão com certeza dispostos outra vez ao bombismo e à agressão aos democratas e a acabar com o 25 de Abril.-----

----- É este o protesto do PCP perante uma intervenção deste calibre. Assim não, assim é desrespeitar a Assembleia, é desrespeitar o 25 de Abril, a Constituição da República e não merece, uma pessoa destas, não merece de facto os benefícios da vida Democrática.-----

----- Muito obrigado.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, interrompeu a sessão, para dar a seguinte informação: -----

-----“Calma Senhor Deputado, quando há um protesto, há sempre direito a contra protesto. -----

-----Eu não lhe dei a palavra!-----

----- Nós vamos continuar com o vigor, com o calor, com tudo aquilo que os Senhores Deputados quiserem, mas dentro do quadro regimental.-----

----- Duas notas: A primeira o Senhor Deputado pode exercer a figura de defesa da honra, mas não o precisa de o fazer, porque quando há um protesto, é sempre perguntado se querem fazer um contra protesto. Uma segunda nota também para dizer que até porque há uma intervenção do Partido Comunista Português, que os serviços se enganaram ali na aplicação, e portanto, o PCP tem cerca cinquenta e cinco segundos a menos na contagem do tempo, porque começaram a contar no tempo da intervenção do PCP, em vez de estarem na aplicação, naquilo que era o exercício da figura regimental e dos três minutos. Portanto, como até há uma intervenção do Partido Comunista Português, eu detetei isso, e pedi para pararem as contas, mas é cinquenta e cinco segundos, para ficarmos entendidos, sendo que, como podem comprovar no quadro a Mesa tem sido tolerante com as intervenções para permitir o debate. -----

----- Vamos dar a palavra, agora sim, ao Senhor Deputado do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra, em defesa da sua honra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu não quis privatizar o microfone, eu sei que ele é um bem de utilização universal nesta Assembleia. -----

----- Não quis privatizar, aí está, o uso único, e não quis também com isto fazer nenhum tipo de provocação ao Partido Comunista Português que de resto estavam falar de máscaras, caiu a sua, Senhor Deputado. -----

-----Porque eu vou dizer-lhe uma coisa. Eu faço parte de um partido que professa os valores da democracia Cristã, foi fundamental para imprimir o conceito de dignidade da pessoa humana em todas as valorações e de limitarem a intervenção do Estado, designadamente, na parte dos direitos dos trabalhadores. E não aceito, que me chame fascista de aviário, de alguém que eu tenho a certeza que se mandasse e tivesse um pingo de poder em Portugal, tinha traduzido o 25 de Abril numa ditadura de sinal contrário, porque de resto o comunismo não existe em nenhum País que seja democrático, não há comunismo em nenhum País democrático, e eu não aceito lições de nenhum estalinista, que eu bem sei, quem pensa diferente, pensa mal, porque quem pensa por nós é o Comité Central. Mas eu não pertenço a nenhum partido com telhados de vidro, não pertenço a nenhum partido onde existe o centralismo democrático, vou usar a minha liberdade e muitas vezes para contraditar e impedir que a sua visão estalinista e marxista da história vigore nos dias de hoje. -----

----- Porque sabe uma coisa Senhor Deputado, o comunismo só é bom, para aqueles que não vivem em Países comunistas, e fico muito feliz por ter havido 25 de

DRAFT

Novembro, existir CDS para comunismo em Portugal, nunca mais convivemos numa réplica nos tempos do PREC. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Como foi usada a figura regimental da defesa da honra, não sei se o Senhor Deputado Modesto Navarro quer usar da palavra. -----

----- Prescinde, muito bem. -----

----- Microfone à bancada do PSD. Sobre o protesto, a Senhora segunda Secretária, já tinha informado. E eu informei-a que tinha que ir para o plenário para pedir a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, informou a Mesa das intervenções que iriam ser feitas pela sua bancada: -----

----- O protesto será feito pela Deputada Virgínia Estorninho, e a defesa da honra será feita por mim.-----

----- Defesa da honra, é a defesa da bancada e do PSD, honra do PSD. E deixar e reiterar de forma muito clara, ao contrário daquilo que é, não digo que é insinuado, porque na realidade é mesmo dito e é escrito pelo Partido Comunista Português. E queremos deixar claro, que ao contrário do que eles que nos acusam, o PSD não apoia o atual Governo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra, interrompeu a sessão, para dar a seguinte informação: -----

----- “ Senhor Modesto Navarro quer usar da palavra?-----

----- Não. -----

----- Agora o microfone à Senhora Deputada Virgínia Estorninho.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Virgínia Estorninho (PSD)**, no uso da palavra, em sinal de protesto, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria protestar, o Senhor Deputado Modesto Navarro sabe a consideração que tenho por si. Mas tenho que protestar, porque eu fiz toda a campanha em setenta e quatro, setenta e cinco no Alentejo, e as coisas no Alentejo, o PCP atacou, batia, eu própria estive com a corda ao pescoço para ser enforcada. Portanto, em abril de setenta e cinco, fui a muitos sítios em que eram espancados os donos das propriedades. -----

----- Senhor Deputado, a história faz-se com o bem e com o mal, nunca esquecer também o que fez mal. Se houve sedes assaltadas no Norte, foi porque antes houve muita coisa má no Sul. Eu estava lá, e sei! E lutei muito contra isso!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro? Agora sim, microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro.-----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu até tenho estado muito sossegado, não é verdade? -----

----- E à Virgínia Estorninho, que eu estimo, só queria dizer o seguinte, das experiências mais gratificantes do 25 de Abril, que eu tive, fazendo livros, levantamento, estando com as pessoas, foi exatamente estar no Alentejo, e ver a reforma agrária e os cinquenta mil, ... -----

----- Ouça...ouça...ouça, cinquenta mil postos de trabalho criados com o fim dos latifúndios, e com a organização dos trabalhadores. Muitos erros, muitos erros, muitas qualidades. O Alentejo era vazio, os alentejanos faziam como os transmontanos o faziam. -----

----- Só um bocadinho. Desculpem lá, democraticamente. -----

----- É que quando os alentejanos chegavam ao Barreiro e chegam, têm dificuldade em passar para o outro lado do rio. Nós os transmontanos também temos essa dificuldade, porque há qualquer coisa que perdemos, que é a nossa terra, a nossa origem. Ora eu, aprendi no Alentejo como aprendi em Trás dos Montes. -----

----- Na Beira Alta, fazendo livros sobre as campanhas de dinamização, sobre aquilo que foi a obra dos militares, havia eleitos do PSD e do CDS, nessa altura os chefes, os dirigentes dos partidos diziam-com os militares não se trabalha! Mas eles disseram-me a mim, em gravações que ficaram em livro. *“Era só o que faltava, eles é que nos estão a fazer um estradão para tirar os doentes que fazíamos, antes era às costas, agora já podemos usar o carro, para tirar o doente das aldeias para o levar ao hospital à Vila.”*-----

----- Por exemplo em Castro de Aire, houve muita mudança. É evidente que nas revoluções há coisas mais violentas e às vezes erradas, é evidente é dos livros. Mas, há coisas muito boas que aconteceram, os cinquenta mil empregos que depois foram sistematicamente destruídos, levando novamente os alentejanos a abandonar as suas terras, isso é que também a mim não me esquece. E portanto, como sofro a emigração desde os anos cinquenta em Trás dos Montes, com os transmontanos e é o meu caso, outros no Luxemburgo etc...etc... -----

----- Nós temos que olhar para estas realidades com algum bom senso e com alguma capacidade de estudo, e capacidade científica, e não se pode falar digamos, de uma forma injusta, para com aqueles que trabalham e lutaram pelo seu futuro e pelo futuro dos seus filhos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos retomar a ordem das inscrições, ainda temos duas inscrições.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício da Assembleia Municipal, Patrocínia César**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa (IND).”-----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- É nestes dias, é nestes dias, Senhoras e Senhores Deputados que eu temo pelo futuro deste País e pelas liberdades deste País. -----

----- É num dia, é exatamente naquele dia em que se fala da desnecessidade da luta de classes e da necessidade de uma concertação, uma conciliação entre trabalhadores e entidades patronais que eu me recordo dum dos princípios basilares inscritos na constituição de 1933, o corporativismo. E essa, Senhoras e Senhores Deputados é uma afirmação que eu não posso deixar passar em branco, seria a aniquilação dos direitos de expressão e dos direitos de reivindicação laborais que, lamento imenso que tenha sido hoje, aflorada desta forma nesta Assembleia Municipal.-----

----- Isto dito, queria fazer daqui, um apelo ao Partido Socialista e ao Partido Comunista Português. -----

----- Ao Partido Socialista, queria fazer o apelo de reconsiderarem na posição que aqui tomaram, trata-se de lutas de trabalhadores, e já agora, Senhor Deputado José Leitão, trata-se de algumas coisas do que o PS se gaba, e bem! Independentemente de qualquer acordo do Governo nesta Câmara Municipal, trata-se da jornada trinta e cinco horas semanais, foi esta Câmara liderada pelo PS, que aprovou em sede de contratação coletiva, o princípio das trinta e cinco horas, que repôs o princípio das trinta e cinco horas semanais de trabalho. Os Senhores não só se deviam orgulhar disso como deviam defender o seu alargamento, em momento a definir, em momento a definir, é certo! Um bocadinho como aquelas cláusulas que alguma direita punha na questão da contagem de tempo dos professores. Mas julgo que não podem negar o voto contra isso, por mais duros que sejam os considerandos. -----

----- E ao Partido Comunista Português, apelo, a que não vá atrás de uma pura e simples reivindicação, que é justa, dos oitocentos e cinquenta euros por mês, mas que é necessário avaliar as condições económicas, e propunha que substituíssem esse trecho do ponto três, por um substancial, um aumento substantivo no salário mínimo, até porque fica mal a esta Assembleia Municipal, vir aqui, ser a caixa-de-ressonância de um sindicato, ou de uma central sindical, já agora, cuja autonomia prezamos, e prezamos porque não queremos corporativismos, e também não temos de ser nós aqui, a tentar mediar ou a fazer o papel de uma Câmara corporativa. -----

----- Isto é o sinal claro, eu sei que há nervosismo na véspera de eleições, que se dizem coisas não refletidas, mas eu penso que ainda há princípios comuns, e por isso é que eu no 1º de Maio costume pôr no meu Facebook, a “Internacional” sem qualquer letra.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

-----Temos ainda uma inscrição.” -----

DRAFT

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício da Assembleia Municipal, Patrocínia César**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro (PCP).”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, Senhor Presidente.-----

----- Alguns esclarecimentos adicionais, relativamente àquilo que foi colocado na minha intervenção inicial e que decorre, naturalmente, de todas as intervenções que foram ouvidas aqui.-----

----- Em primeiro lugar, um equívoco que parece, enfim, ser propagado até porque de certa forma dá jeito, e eu compreendo, mas que é muito importante esclarecer!-----

----- Esta tentativa de colar o PCP ao PS e a todas as medidas do PS poderá interessar do ponto de vista teórico, mas concretamente o voto de saudação que foi apresentado aqui hoje, foi sobre o 1º de Maio, os trabalhadores e a política laboral. O Senhor Deputado Luís Newton frisou com muito ênfase, aquilo que entende como um erro crasso que está aqui neste voto de saudação, que é ser o PSD e o CDS a apoiarem o governo do Partido Socialista, e eu vou reler aquilo que vem no voto de saudação nesse parágrafo que diz que, “*o apoio claro e expresso do PSD e do CDS tem insistido na sua opção por uma política laboral de direita...*” este voto de saudação fala de questões laborais...-----

----- Pode-se rir à vontade Senhor Deputado, a mim, o assunto pouco humor trás ao de cima.-----

----- Mas de facto esta saudação é sobre as questões laborais, é verdade que o PCP tem apoiado, e o Senhor Deputado do Partido Socialista fez o favor de lembrar um conjunto de questões que de facto foram aprovadas, que foram recuperação de direitos perdidos anteriormente, muito por força e proposta do PCP. Mas, no que toca à política laboral, muita coisa ainda está por fazer, e algumas até se agravaram.-----

----- Poderíamos lembrar a questão dos despedimentos mais fáceis e baratos com os cento e oitenta dias do período experimental, para os primeiros empregos e desempregados de longa duração, os contratos de muita curta duração, o banco de horas, a manutenção da norma da caducidade para a contratação coletiva, entre muitas outras questões.-----

----- Estamos a falar de questões laborais e fazendo um voto de saudação aos trabalhadores e ao 1º de Maio, o PCP entendeu que era importante, frisar as questões que efetivamente continuam por resolver relativamente aos trabalhadores deste País.---

----- Foi também dito aqui, penso que pela Senhora Deputada Inês Sousa Real, que era um jogo desonesto, estes considerandos o estar com o PS e depois estar contra o PS. Eu penso que é muito claro e acho que aqui nesta Assembleia, assistimos a isso todos os dias, que todas as forças políticas analisam cada proposta que vem, e decidem e votam de acordo com o que acham que é justo e importante naquela proposta, independentemente das outras forças políticas com quem votam. O facto de o PCP votar favoravelmente propostas com o PS na Assembleia da República, não o obriga a nada, muito menos a deixar de criticar quando assim entende que o deve fazer. E

DRAFT

chamar a isto jogo desonesto, sinceramente não ajuda ao debate, não clarifica e principalmente não nos leva num caminho que seria importante quando discutimos direitos dos trabalhadores. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos, não diria muito mais, acho que, enfim o protesto já foi bastante significativo, terminava apenas com duas questões -----

----- Uma, o universo paralelo do Senhor Deputado Luís Newton é evidente que é um universo paralelo, depois de ouvi-lo e principalmente com tanta gargalhada à mistura, claramente, o universo dos trabalhadores é paralelo ao seu universo. Porque aqui falamos de salários, de precariedade, de repressão, de assédio, é um universo paralelo claramente. -----

----- Estamos disponíveis para aceitar a proposta que foi feita pelo Senhor Deputado Rui Costa, substituir o aumento substancial do salário mínimo nacional, e não o valor, se, essa de facto for uma proposta que ajuda na discussão e na votação de um voto de saudação que nós consideramos fundamental porque é de facto de uma tentativa de valorização da manifestação e dos trabalhadores. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Luís Newton, microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, em defesa da honra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, em defesa da sua honra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, eu entendo que muitas vezes o humor é o escape das pessoas inteligentes perante aquilo que é hipocrisia e violência, neste caso eu diria que verbal e escrita. A afirmação assertiva que vossa excelência faz de que o universo paralelo é invertido, e portanto, nem eu próprio nem o PSD estamos minimamente cientes daquilo que é o problema e quais são as limitações das lutas laborais, é grotesco, lamento dizer-lhe, é grotesco e esbarra naquilo que é o facto, eu diria da realidade que vivemos hoje, até porque eu tenho que voltar a frisar isto, Senhora Deputada. A Senhora Deputada faz lembrar aquela senhora que vai para um casamento, mas diz que do casamento só interessam algumas partes, as outras partes do casamento fica para outros e a responsabilidade é de outras senhoras. Eu quero-lhe dizer de forma muito clara, Senhora Deputada, que aquilo que me parece perfeitamente inconcebível é que venha aqui alguém acusar o PSD de estar em conluio com o partido no Governo, quando foram vossas excelências que têm capacidade para, da mesma forma que votaram a colocação neste Governo, o retirarem. Porque se de facto as políticas laborais estão no centro da ação do Partido Comunista Português, então eu não compreendo como é que o Partido Comunista Português ainda viabiliza orçamentos de estado e ainda viabiliza este governo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “ Não sei se a Senhora Deputada quer usar da palavra, não, prescinde. -----
-----Microfone à bancada do Partido Socialista, ao Senhor Deputado José Leitão. -----
----- Qual a figura regimental Senhor Deputado? -----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
---- Eu penso que foi feito um pedido de esclarecimento sobre o alcance de uma eventual alteração, eu queria dar um esclarecimento. -----
----- O esclarecimento é o seguinte, eu penso que é natural que entre partidos que têm muitos pontos de acordo, em muitas coisas discordam em algumas matérias, não é nenhum drama e já tem acontecido e há-de acontecer, e nada disso muda a posição de cada partido, nomeadamente sobre alguns debates esdrúxulos que aqui ocorreram e que nada têm a ver com a natureza do voto que está em discussão. -----
----- De qualquer forma com toda a franqueza a simpatia, diria à Senhora Deputada que não basta, por uma razão muito simples. E eu penso que foi pena não ter havido a possibilidade de com a Mesa, ter um voto alargado que pudesse concitar um apoio mais alargado. Mas, a questão que a Senhora Deputada referiu, está num contexto muito preciso, *“tem insistido na sua opção para política laboral de direita do lado do patronato”* e depois continuam *“as consequências para os trabalhadores portugueses em geral, e por maioria de razão por os trabalhos em Lisboa estão bem à vista”*, e depois são várias é quase todo o voto, *“injusta distribuição de riqueza, resultando em salários, pensões de reforma ou aposentação muito baixa, degradação da qualidade do emprego com o alastramento da precaridade e com o desemprego real que é muito superior ao que é oficialmente reconhecido, tendência para o aumento e maior desregulação dos horários de trabalho, renumeração baixa, trabalho extraordinário o mesmo, ausência do seu pagamento”*, eu fico por aqui. -----
----- Para dizer o seguinte, tudo isto é imputado à *“política laboral direita, prosseguido pelo Governo ao lado do patronato!”* É isto que nós efetivamente não podemos aceitar, naturalmente, estamos certos que encontraremos no futuro textos mais felizes para realmente, digamos, manifestarmos todo o apoio aos trabalhadores, que aliás, já manifestámos no voto que apresentámos há uma semana, e aliás, em que tivemos o gosto também de votar um voto favoravelmente apresentado pelo PCP em termos razoáveis e que efetivamente merecia toda a nossa concordância. -----
----- Este voto é um voto que realmente não é feliz. Mas nós não podemos aceitar, realmente, estas imputações ao Governo no qual nos reconhecemos e consideramos injustas e consideramos, que nem sequer esta análise é correspondente que foi naquele documento, que eu acho muito bem construído, pelo Comité Central do PCP e com que estou inteiramente de acordo. -----
----- Disse.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- A parte construída com a Mesa, na semana passada consensual, foi aquela que constou da ata em minuta, e que é *ipsis verbis* o ponto um da proposta que o Partido

DRAFT

Comunista Português tinha apresentado. Saudar todos os trabalhadores, nomeadamente aqueles que trabalham em Lisboa. Tudo o resto, o debate provou que não havia consenso sobre o restante conteúdo do voto. -----

----- Vamos então passar à votação do Voto nº067/01, apresentado pelo PCP. -----

----- **Voto Nº 067/01/PCP**, Votos Contra PS, PSD,CDS-PP, MPT, PPM, 1 IND e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, Abstenção do PAN, Votos a Favor do PCP, BE, PEV e 8 IND, o **Voto Nº067/01/PCP** foi **Rejeitado**. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, para uma declaração de voto oral, em nome da bancada do Partido Comunista Português.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, a fim de fazer uma declaração de voto oral: -----

-----“Senhor Presidente é só para dizer, que nada se perde, e tudo se ganha, muitas vezes com a clarificação das coisas, porque há de facto diferenças. -----

----- Há diferenças na política e naquilo que o PCP defende, com aquilo que o PS defende e trabalha, não há mal! A vida acabará quando deixar de haver contradições e diferenças.-----

----- Esta é, digamos, a postura que nós assumimos. E este texto foi assumido tendo em conta aquilo que se passou anteriormente, há oito dias, há quinze dias, já nas votações que fizemos quando saudámos o 25 de Abril, nós preferimos guardar, e teria sido para a semana passada, um voto de saudação ao 1º de Maio. Não deu entrada na Mesa a tempo, por culpa nossa, a tempo conveniente e portanto ficou para depois.-----

----- De qualquer modo, cada assume as suas responsabilidades, e o voto favorável, nosso, e de outras forças políticas, de outros Deputados, significa uma forma de estar e de agir o voto contra significa obviamente o contrário, nada se perde, e tudo se vai encontrar no seguimento da nossa vida. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone à bancada do PSD, também para uma declaração de voto oral.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, a fim de fazer uma declaração de voto oral-----

-----“Senhor Presidente, o PSD vota contra este voto, não porque de alguma forma não queira prestar homenagem aos trabalhadores e ao 1º de Maio. Mas porque entende que a forma como este documento foi apresentado, tinha um único objetivo, que era o de na iminência de momentos e atos eleitorais, poder fazer circular lá para fora que o PS e o PC são diferentes no que diz respeito a matérias laborais, e que o PC tem uma visão diferente daquilo que é a ação governativa nestas matérias, e que portanto, o PC se diferencia claramente do Partido Socialista nestas matérias, empurrando o Partido Socialista para uma votação que seria feita em consonância com as restantes forças do centro direita. E portanto, eu julgo que isto é desonestidade política, e nesse sentido não nos revemos num voto, que não é coerente com a ação durante o ano inteiro, e que pretende única e exclusivamente nesta altura, procurar promover uma cisão de

DRAFT

votação, para que depois possa poder propagar lá fora, de que há diferenças entre o PC que apoia o Governo e o Governo.-----

----- E eu isto queria deixar muito claro e lamentar. E deixar esta declaração de voto, lamentando que o 1º de Maio tenha sido novamente instrumentalizado, para fins eleitorais e não para aquilo que deveria ser, que era um momento de unidade, porque não é, como disse o Senhor Deputado Rui Costa, não é contra uma luta entre classes, não! É de facto, contra a oportunidade das classes trabalharem em conjunto, e em conjunto construírem um futuro melhor, não é essa a nossa grande diferença. A nossa grande diferença é que nós entendemos que essa construção se faz em cooperação, não em corporação, em cooperação, e não em confronto como muitas esquerdas que procuram sempre promover, porque é a única forma, que eu diria no limite trotskista, de assegurar o regime.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone também à bancada do Partido Socialista, igualmente para uma declaração de voto oral.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, a fim de fazer uma declaração de voto oral-----

-----“O Partido Socialista votou contra, porque efetivamente não estava em causa a saudação aos trabalhadores portugueses, que foi feita por acordo na semana passada, digamos, sintetizada pela Mesa, mereceu o consenso de todos. O que estava em causa efetivamente era uma análise da atuação do governo do Partido Socialista em matéria laboral, que não corresponde à realidade, que é injusta é possível dizer que é injusta à luz, inclusive, de textos oficiais do Partido Comunista Português.-----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Microfone também à bancada do PAN, Senhora Deputada Inês Sousa Real, igualmente para uma declaração de voto oral.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, a fim de fazer uma declaração de voto oral -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Deixar claro que o PAN, absteve-se nesta votação, precisamente não por não saudar o trabalho lustrador dos trabalhadores e o 1º de Maio e tudo o que a data simboliza, mas precisamente como já aqui foi referido, esta Assembleia já tinha marcado esse momento. E não podemos, de facto, estar a arrastar para o debate político, aquilo que são os direitos dos trabalhadores, aquilo que dignamente deveríamos estar a invocar e ao invés de isso estar a fazer política, no fundo a dissociar-se de um compromisso político pelos vistos já tinha os seus dias contados, só mostraram, e continuam a demonstrar que a solução governativa, foi uma solução

DRAFT

de curto prazo e que gera muito pouca confiança nos portugueses, e que é por isso mesmo um caminho que não deverá ser repetido. -----

----- Disse” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Penso que agora sim, não temos mais declarações de voto. -----

----- Podemos dar por encerrados os nossos trabalhos.” -----

----- A sessão terminou, às dezanove e trinta minutos. -----

-----**Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação nº 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu,....., a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, lavrei a presente ata que também assino, nos termos dos disposto no nº 2 do artº 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, do nº2 do artº 90º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta nº 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----